

CADERNOS DO DIÁLOGO



VOLUME 7 - 2015

10 ANOS DE DIÁLOGO FLORESTAL A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA



EXEMPLAR DE PAU-BRASIL NO
PARQUE NACIONAL DO PAU-BRASIL



DIÁLOGO FLORESTAL

10 ANOS DE DIÁLOGO FLORESTAL

A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

CADERNOS DO DIÁLOGO - VOLUME 7

ORGANIZAÇÃO

MAURA CAMPANILI
MIRIAM PROCHNOW
OSCAR ARTAZA

APREMAVI
ATALANTA, SC
2015

FICHA TÉCNICA

Realização

Diálogo Florestal

Coordenação

Miriam Prochnow

Oscar Artaza

Organização

Maura Campanili

Miriam Prochnow

Oscar Artaza

Edição e texto final

Maura Campanili

Reportagem

Marcia Marcial

Maura Campanili

Assistentes de edição

Ana Julia Mezzadri

Talise Rocha

Textos Parte 2

Os autores dos textos da Parte 2 estão mencionados junto aos respectivos textos.

Fotos

As fotos publicadas foram cedidas sem custos pelos autores ou instituições mencionadas nas imagens. Agradecemos gentilmente a todos os fotógrafos e instituições que cederam fotos para compor esta publicação.

Fotos da Capa

Clio Luconi e Arquivo Diálogo Florestal

Projeto gráfico

Fábio Pili

Diagramação

Ana Cristina Silveira/Anacê Design

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

D532

10 anos de Diálogo Florestal : a experiência do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia / Maura Campanili, Miriam Prochnow, Oscar Artaza (organizadores). – Atalanta, SC : APREMAVI, 2015.

76 p. : il. ; 21 cm. – (Cadernos do Diálogo ; v. 7)
Acima do título: Diálogo florestal.
Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-88733-14-5

1. Política florestal – Bahia. 2. Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia. 3. Florestas – Conservação – Bahia. I. Campanili, Maura II. Prochnow, Miriam III. Artaza, Oscar. IV. Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida V. Série.

CDD – 634.9098142

SUMÁRIO

6 APRESENTAÇÃO

8 LINHA DO TEMPO

PARTE 1

10 **CAPÍTULO 1**

A SILVICULTURA E O SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

14 **CAPÍTULO 2**

O FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

22 **CAPÍTULO 3**

AVANÇOS DO DIÁLOGO: OS ACORDOS

23 1. Acordo do Fomento Florestal

25 2. Acordo Exclusão de Silvicultura em Áreas de Cacau Cabruca

26 3. Acordo Rota das Barcaças

30 4. Acordo de Afastamento de Plantios de Núcleos Urbanos

32 5. Acordo de Afastamento de Infraestruturas Comunitárias

33 6. Acordo de Congelamento de Plantios em Terras Próprias das Empresas nos Municípios de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri

34 7. Acordo de Afastamento do Litoral em Mucuri

37 8. Acordo de Exclusão de Compra, Plantio e Fomento na Costa do Descobrimento

38 9. Acordo de Segurança em Estradas de Terra de Acesso ao Litoral

43 10. Acordo de Monitoramento Independente da Cobertura Vegetal

48 **CAPÍTULO 4**

DESAFIOS PARA O FUTURO

PARTE 2

54 **CAPÍTULO 5**

DEZ ANOS DE DIÁLOGO FLORESTAL

58 Fórum Florestal Capixaba

60 Fórum Florestal Mineiro

62 Fórum Florestal MS

64 Fórum Florestal do PI

66 Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina

68 Fórum Florestal Fluminense

70 Fórum Florestal Gaúcho

72 Fórum Florestal de São Paulo





APRESENTAÇÃO

O ano de 2005 ficará sempre marcado na nossa memória como o ano em que organizações ambientalistas resolveram dar um voto de confiança e apostaram no diálogo com empresas do setor de celulose e papel como caminho para resolver conflitos. Algumas não aderiram ao processo e as respeitamos por isso, mantêm suas estratégias de enfrentamento frente a um setor econômico que adotou um modelo de ocupação da terra e dos recursos naturais que merece atenção da sociedade.

As iniciativas de aproximação aconteceram simultaneamente na Mata Atlântica como um todo e na

região do extremo sul da Bahia, dando origem ao Fórum Nacional do Diálogo Florestal e ao primeiro Fórum Regional do Diálogo. Hoje, o Diálogo Florestal conta com o Fórum Nacional e nove Fóruns Regionais. É sobre a experiência do seu fórum mais antigo, o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, que versa este novo volume da série “Cadernos do Diálogo”. A publicação traz também informações sobre os outros fóruns.

Para entender a iniciativa, é importante que sejam resgatados alguns aspectos. Existem diversas formas de entender o processo de ocupação do território, assim



como existem diversas formas de buscar resolver os problemas que são gerados pelas atividades econômicas que dominam a paisagem. Cabe lembrar que, no caso do extremo sul da Bahia, até 1950, a Mata Atlântica tinha domínio absoluto na região. Território de ocupação tardia, a região viu suas florestas nativas serem devastadas em pouco tempo, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980 do século passado.

As pastagens ocuparam o que antes eram extensas florestas nativas e foram essas paisagens de pastagens, principalmente, as que deram lugar à monocultura do eucalipto. Surgiu assim uma nova atividade econômica, que investe no enorme potencial da região de produzir madeira. O extremo sul da Bahia se encontra na mesma latitude que o continente australiano, local de origem do eucalipto. Possui precipitação acima de 500 milímetros anuais, mão de obra qualificada e extensas planícies que favorecem a mecanização do processo produtivo. Essas e outras características tornam a região a mais produtiva do mundo para produção de madeira.

Como qualquer outra atividade econômica intensiva em utilização de recursos naturais, a monocultura do eucalipto não está livre de problemas. Durante um bom tempo, observamos como a pecuária, o café, a cana-de-açúcar e outras culturas ocuparam o território, não respeitando as leis ambientais, salvo honrosas exceções, mostrando a fragilidade das estruturas para proteger de fato os principais recursos naturais, dos quais todos dependemos.

O setor de celulose e papel se diferencia por ser um setor voltado para a produção de árvores. Tem uma visão de longo prazo, pois seus ciclos são longos, se comparados com qualquer outra atividade rural, e percebeu, antes das outras, que sua produtividade depende diretamente da conservação dos recursos naturais. Embora combatida

por muitas organizações, por ser uma atividade dominada por poucas empresas, abre a oportunidade de dialogar com quem pode, se quiser, promover adequações no manejo e no modelo de ocupação que podem alterar significativamente a paisagem.

Dessa forma, o diálogo, embora difícil, por vezes áspero, foi compreendido por parte da sociedade como algo valioso e pelo qual valia a pena se esforçar. Ao longo do tempo, às organizações ambientalistas, foram se somando outras organizações do terceiro setor, principalmente representantes de entidades voltadas a cuidar de aspectos sociais e do desenvolvimento econômico de comunidades. Esse fato agregou novos olhares que enriqueceram o diálogo e permitiram avançar em acordos que foram muito além dos ambientais.

Quando nos propusemos a elaborar um caderno em comemoração aos 10 anos do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia e do Diálogo Florestal, não estávamos apenas buscando comemorar uma data, estávamos acima de tudo buscando prestar contas à sociedade de um trabalho realizado.

Entre altos e baixos, esses 10 anos têm representado muito mais que conversas e discussões entre organizações da sociedade e empresas do setor de celulose e papel. Têm representado acordos e resultados concretos que têm beneficiado tanto o meio ambiente quanto famílias que vivem no entorno das plantações florestais. Nosso desafio é consolidar as conquistas realizadas e visualizar uma forma de construir um novo modelo de ocupação do território, no qual possam conviver de forma harmônica outras atividades econômicas. Agregar os outros setores ao diálogo é uma das prioridades. Devemos aprender com a natureza, que nos mostra que é na diversidade que se encontra a verdadeira riqueza.

Miriam Prochnow

Secretária Executiva do Diálogo Florestal Nacional

Oscar Artaza

Secretário Executivo do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia

LINHA DO TEMPO

2005



É criado o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia. Iniciativa paralela à criação do Diálogo Florestal brasileiro e que inspira a criação de outros oito Fóruns Florestais Regionais

2006



Acordo Fomento Florestal

2007



Lançada a iniciativa Produção Sustentável e Conservação da Biodiversidade em Mosaicos Florestais, conhecida como Iniciativa Mosaicos Florestais Sustentáveis

2009



Lançado o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica. Na Bahia, a área potencial para restauração é de 2,1 milhões de hectares

Acordo Mudança de Rota das Barcaças

Acordo Exclusão de Silvicultura em Áreas de Cacau Cabruca

Acordo Afastamento de Núcleos Urbanos

2011



**Acordo
Afastamento de
Infraestruturas
Comunitárias**

**Acordo Exclusão
de Silvicultura
em Áreas de
Cacau Cabruca**

**Acordo
Congelamento
de Plantios**

2012



**Acordo
Afastamento
do Litoral em
Mucuri**

2013



**Acordo Exclusão
de Compra,
Plantio e
Fomento
na Costa do
Descobrimento**

**Acordo
Segurança em
Estradas de
Terra de Acesso
ao Litoral**

2014



**Acordo do
Monitoramento
Independente
da Cobertura
Vegetal**

2015



**10 anos
de Diálogo**

CAPÍTULO 1

A SILVICULTURA E O SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

Criado em 2005, o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia foi o pioneiro no país em reunir lados então antagônicos em um espaço de diálogo e pactuação, que acabou por inspirar o Diálogo Florestal nacional, iniciado no mesmo ano, a promover a formação de fóruns regionais. Além de criar um espaço adequado para o debate e, sempre que possível, o equacionamento de conflitos, o Fórum propiciou a realização de acordos que, aos poucos, vêm melhorando a maneira de atuar das empresas e podem levar a uma nova maneira do setor privado se relacionar com o território onde está inserido e, em parceria com organizações da sociedade civil e populações do entorno, ao desenvolvimento sustentável na região.

A atuação do Fórum está centrada na área de influência das empresas Veracel, Suzano e Fibria no estado da Bahia, concentradas na microrregião de Porto Seguro, também chamada de extremo sul. Ela compreende os municípios de Alcobaça, Belmonte, Canavieiras, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itapebi, Itagimirim, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Madeiros Neto, Mascote, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia, Teixeira de Freitas e Vereda. Também atua na região compreendida pelos municípios da microrregião de Ilhéus e Itabuna, no sul do estado. É um território constituído majoritariamente por municípios de pequeno porte e com baixa arrecadação.



Wigold Schaffler

A dinâmica territorial acompanhou os ciclos econômicos, como a expansão da lavoura cacaueteira, a exploração de madeira, além da abertura da BR-101 e sua pavimentação. A pecuária sempre foi importante no sistema produtivo regional, especialmente o rebanho bovino. A pesca artesanal é o destaque no litoral e a agricultura é de porte médio, destacando-se a economia cacaueteira no sul, que por motivos fitossanitários e econômicos entrou em forte declínio no final dos anos 1980. Após a redução do extrativismo madeireiro, a cultura do mamão apareceu como uma atividade dinâmica e geradora de empregos, destacando-se na produção regional e nacional.

MATA ATLÂNTICA

Parte do bioma Mata Atlântica, o extremo sul da Bahia faz parte do Corredor Central da Mata Atlântica que, conforme a estratégia de conservação da biodiversidade do Programa de Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) do Ministério do Meio Ambiente, abarca desde o recôncavo baiano ao norte até o sul do Espírito Santo. Esse corredor conta com apenas 20% da cobertura florestal original, em estado de extrema fragmentação, com apenas 2% dos remanescentes protegidos em unidades de conservação integral.

Uma das áreas protegidas mais importantes do Corredor Central está justamente no extremo sul da Bahia, onde encontram-se cinco parques nacionais (Descoberto, Monte Pascoal, Pau-Brasil, Alto Cariri e Abrolhos), que protegem cerca de 50 mil hectares (ha) de Mata Atlântica e 90 mil ha de áreas marinhas, além das várias reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), que existem na região, como a da Veracel, que é a maior RPPN do Nordeste.

Estima-se que, das 340 espécies de anfíbios da Mata Atlântica, 120 ocorram no sul da Bahia, além de metade das aves endêmicas do bioma. A região é considerada uma área de endemismo da Mata Atlântica, ou seja, uma área onde muitas das espécies só existem ali. Especialmente na Mata Atlântica, essas áreas são muito importantes porque várias dessas espécies são ameaçadas de extinção. Em todo o sul da Bahia, havia 47 espécies de vertebrados na lista de espécies ameaçadas da União Internacional pela Conservação da Natureza

(IUCN, na sigla em inglês) de 2007, sendo três anfíbios, três répteis, 13 mamíferos e 28 aves.

Apesar da relevância da região para conservação e da presença de uma série de projetos que visam à proteção de remanescentes florestais e à restauração de áreas de preservação permanente para formação de corredores ecológicos, ela continua sob constante ameaça.

CHEGADA DA SILVICULTURA

O processo industrial de transformação de toras de madeira em fibras foi considerado bastante agressivo para o meio ambiente, a partir da criação da primeira fábrica de papel na Espanha em 1144, quando a manufatura criada na China finalmente chegou à Europa. No final do século XVI, o papel já era manufaturado em todo o continente, sempre a partir de árvores nativas. A difusão da fabricação do papel, com o uso de cloro e ácidos que poluíam rios e a atmosfera, às vezes gerando chuvas ácidas, fez com que a sociedade – mesmo dependente do produto –, olhasse com desconforto seu processo produtivo. Por conta disso, quando o movimento ambientalista ganhou força, na década de 1970, um dos primeiros setores exigido a se posicionar e melhorar seu padrão foi o de celulose e papel.

No Brasil, a indústria de celulose chegou pouco antes do processo de adequação internacional da indústria papeleira, mas os avanços demoraram um pouco mais a chegar. As empresas mais antigas começaram a atuar no final da década de 1960, quando grandes plantios homogêneos de espécies arbóreas, especialmente dos gêneros *Eucalyptus* e *Pinus*, começaram a ser implantados no país, para suprimento de matéria-prima principalmente para as fábricas de celulose e papel, mas também para chapas de fibras de madeira (compensados) e móveis, além de carvão vegetal, especialmente para a produção siderúrgica. Diferentemente das empresas do Hemisfério Norte, a silvicultura ocupou, na maior parte, áreas já degradadas pela retirada de madeira e pastos, embora também tenha havido desmatamento para o plantio de florestas homogêneas, muitas vezes com incentivo governamental.

Embalada pela crescente demanda de mercado e pelo avanço tecnológico, a silvicultura brasileira se



MOSAICO DE FLORESTAS NATIVAS E PLANTAÇÕES FLORESTAIS NO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA.

consolidou e continua se expandindo. Atualmente ocupa menos de 1% do território nacional, perfazendo uma área de 7,6 milhões de hectares. Desse total, as florestas de eucalipto ocupam 5,5 milhões de hectares (Ibá, 2014). Trouxe consigo impactos socioambientais inerentes a qualquer atividade econômica baseada na implantação de monoculturas em larga escala e na exportação de produtos semielaborados. Seus efeitos sobre a economia, sobre a cultura e, sobretudo, sobre a paisagem das regiões onde está concentrada, são evidentes e bastante estudados.

Muito cobrado sob o ponto de vista ambiental, seja por conta da legislação ou exigência do mercado global, foi o primeiro grande setor a se enquadrar ambientalmente

12

na sustentabilidade econômica, ambiental e social da atividade - só se formalizou em 2001.

Por suas características edafoclimáticas (fatores relacionados a solo e clima que favorecem o desenvolvimento de tipos específicos de culturas e formas de produção), o extremo sul da Bahia é uma das principais regiões de expansão da silvicultura no país. Grandes empresas de papel e celulose iniciaram imensas plantações de eucalipto nas décadas de 1960 a 1990: Aracruz (atualmente Fibria), Suzano, CAF (atual ArcelorMittal) e, posteriormente, Veracel. Duas dessas empresas possuem fábricas na região (Suzano e Veracel). A Fibria possui fábrica no Espírito Santo e a ArcelorMittal destina seus plantios para a produção de aço na fábrica localizada em Minas Gerais.

Os plantios se expandiram rapidamente na região, considerada uma das melhores do mundo para essa atividade, utilizando terras improdutivas ou antes destinadas à pecuária extensiva, plantações de mamão



A PECUÁRIA TAMBÉM É MUITO PRESENTE NA REGIÃO DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA.

e agricultura de subsistência, ou incorporando áreas degradadas, totalizando hoje cerca de 550 mil ha.

Segundo Leila Márcia Souza Oliveira, na dissertação de mestrado “Construindo Espaços Públicos: O Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia e a possibilidade do diálogo para resolução de conflitos”, de 2010, a atividade trouxe um novo perfil econômico no meio rural da região, marcado pela redução da produção de subsistência, progressivo aumento do número de trabalhadores rurais assalariados e expansão de atividades agropecuárias e agroindustriais modernas, organizadas para a produção em larga escala. Com isso, há excedentes de mão-de-obra rural e novos movimentos migratórios.

O modelo adotado pelo setor passou a ser alvo de críticas por parte da sociedade civil e até de organizações públicas, que atribuem a ele a responsabilidade pela exclusão econômica e outros conflitos nas localidades do entorno dos

empreendimentos. Isso se deve aos elevados níveis de concentração da propriedade da terra, uso intensivo de capital, produção de bens voltados à exportação, além de competir, na visão de ambientalistas e moradores de algumas comunidades, com a atividade do turismo, sobretudo pelo impacto na paisagem.

Sem oportunidades de emprego, parcela da população rural passou a se dedicar à produção de carvão, a princípio com resíduos florestais, mas logo a partir de furto de madeira das empresas. Esse carvão era produzido ilegalmente, no quintal das casas, gerando problemas de saúde e ambientais, e aumentando o conflito com as empresas.

A presença de comunidades tradicionais – índios, pescadores tradicionais, movimentos de luta pela terra, agricultores familiares – potencializaram os conflitos, agravados pela dificuldade das empresas em lidar com grupos de reivindicação e sua pouca disposição em dialogar com a população.

O FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA

Em meados da década de 2000, o nível de conflito entre as empresas de silvicultura, as populações do entorno e as organizações da sociedade civil estava em seu auge no sul e extremo sul da Bahia. Nesse momento, a gerência corporativa de meio ambiente da então Aracruz Celulose, hoje Fibria, demonstrou interesse em estabelecer um canal de comunicação com as organizações e lideranças socioambientais que atuavam na região, à semelhança do que a empresa já vinha fazendo no Espírito Santo. Para tanto, procurou o Instituto BioAtlântica (IBIO) para saber quais organizações convidar e pedir a intermediação nessa aproximação.

Segundo o ambientalista Beto Mesquita, que na época fazia parte da equipe do IBIO, a instituição apresentou à empresa uma lista de organizações com atuação no Corredor Central da Mata Atlântica, elaborada cerca de um ano antes por um diagnóstico feito pelo Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (Iesb), em parceria com a Conservação Internacional, e o Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA), destacando aquelas com atuação na região. A recomendação era para que a empresa convidasse para uma reunião conjunta todas as instituições listadas em ambos os cadastros, o que efetivamente foi feito. Além desses convites individuais, a empresa tentou contato com o Fórum Socioambiental do Extremo Sul da Bahia, que reúne um conjunto de organizações, algumas delas já convidadas diretamente.

À primeira reunião, realizada em julho de 2005, em Itamaraju, compareceram apenas IBIO, Natureza Bela, Flora Brasil, Dama e Preserva, além de um representante do Parque Nacional Monte Pascoal. Além dessas, que participaram da reunião, esteve no local um grupo de pessoas ligadas ao Fórum Socioambiental, o qual ficou na entrada distribuindo um manifesto contrário ao encontro e tentando convencer os demais a não participar. Na ata dessa reunião, além do relato do que ocorreu no encontro, consta a íntegra do texto desse manifesto.

Ao final dessa primeira reunião, uma das condições dadas pelas organizações participantes para comparecer a um

“O Fórum Florestal extrapola os interesses dos participantes, pois lida com temas que são de amplo interesse. É uma conquista do território, apesar da maior parte da população não conhecer ou participar dele.”

Renato Gomes Carneiro Filho, gerente de Sustentabilidade da Veracel

DIÁLOGO FLORESTAL

Enquanto no Brasil a silvicultura estava em plena expansão e os conflitos se instalavam, internacionalmente organizações como o Banco Mundial, o World Resources Institute (WRI) e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, na sigla em inglês) estavam empenhados em promover o entendimento e a colaboração entre os setores envolvidos em questões-chave para o manejo florestal sustentável e a recuperação de ecossistemas ameaçados. Essa articulação deu origem ao The Forests Dialogue (TFD), o diálogo florestal internacional, que em 2015 comemorou 15 anos de existência.

Foi numa reunião do TFD no Brasil, ocorrida em 2003, que surgiu o debate sobre a criação de um diálogo brasileiro, fato que acabou se concretizando em 2005.

Paralelamente a esse movimento, aconteciam as articulações para a criação de um diálogo no sul e extremo sul da Bahia. Inspirado no movimento iniciado na Bahia, o Diálogo Florestal começou a incentivar a formação de fóruns regionais. Até 2015, nove fóruns haviam sido articulados. (ver Parte 2 desta publicação)

segundo encontro e reforçar o convite a seus pares foi de que a empresa se compromettesse a convidar também as demais empresas do setor com atuação na região. Assim, em dezembro daquele ano, à segunda reunião, compareceram representantes da Aracruz, Veracel, Suzano e CAF Santa Bárbara, além de nove ONGs.

INCLUSÃO E NEGOCIAÇÃO

Abrir um canal de diálogo forjado em um princípio inclusivo, no qual todos participam e onde a agenda é feita por todos é a principal característica do Fórum Florestal. Mas não foi um processo tranquilo. Algumas organizações ambientalistas eram contrárias a abrir conversações e a primeira reunião foi marcada por um protesto contra a iniciativa.

Sueli Abad, do Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS), é uma das pessoas que estava do lado de fora no dia da primeira reunião do Fórum, tentando convencer as organizações a não participarem. “Éramos contrários ao que quer que fosse, mesmo porque ainda não sabíamos o que seria. Era uma atitude radical, porque vivíamos uma situação agressiva”, lembra a atual participante do Fórum. Sueli, hoje, defende que “o ideal é sentar, ouvir e decidir se concorda ou não. É melhor estarmos perto e conseguirmos fazer com que cumpram algumas condicionantes ou de fato verificar se essas condicionantes estão sendo cumpridas”.

“Fomos criando um ambiente de confiança, com visitas, conversas e informações disponibilizadas pelas empresas. Quando há um espírito no qual ninguém se acha dono da verdade, começa um ambiente de troca, onde as organizações dão informações e contribuições para as empresas e há aprendizado.”

João Carlos Augusti, gerente de Meio Ambiente Florestal da Fibria

“Me senti muito confortável no Fórum Florestal porque era formado pelo segundo e terceiro setores e poderíamos discutir nossas demandas diretamente com as empresas de celulose. Aquele momento foi essencial para eu entender que existiam ambientes como esse, para mim ainda inéditos. O que mais me seduz é o aprendizado e o posicionamento dentro da estrutura de governança do Fórum, que é de primeiro mundo. Sofri muita pressão dentro do Fórum Florestal, tive rupturas, para hoje estar convicta do aprendizado. Aprendi dentro do Fórum o que é empreender verdadeiramente e conquistar. Houve dificuldades como em todos os colegiados, porque não é fácil dialogar. Eu amadureci e cresci dentro do Fórum.”

Rosa Penzza, Fundação Jupará



Miriam Prochnow

UM DOS CONFLITOS FOI O USO DO EUCALIPTO PARA PRODUÇÃO DE CARVÃO.



UMA DAS REUNIÕES DO FÓRUM FLORESTAL DO SUL E EXTREMO SUL DA BAHIA.

“Havia, na época, organizações mais interessadas em projetos de conservação e que tinham posicionamento mais técnico, cujo objetivo era entender a dinâmica de ocupação do território e comprovar se as denúncias de desmatamento pelas empresas de silvicultura tinham base real ou eram mais ideológicas, já que se tratava de três empresas que, na verdade, são grandes latifúndios e ocupam mais de um terço do território do extremo sul da Bahia”, conta Oscar Artaza, atual secretário executivo do Fórum.

16 | Segundo Oscar, “havia muitas denúncias sobre conversão de matas nativas para plantios de eucalipto, mas de fato, 98% desses plantios ocorria em áreas de pasto. Desmatamentos pelas empresas foram casos isolados. Em pequena escala, houve um aumento de desmatamento em áreas de preservação permanente (APP) em baixadas, como resultado da conversão das

“Comecei a participar mais para tirar minhas dúvidas, porque as pessoas falavam ‘a Veracel é isso, a Veracel é aquilo. Essas empresas de eucalipto só vêm para detonar tudo, para secar o rio’. E na verdade, achei tudo diferente, que não é isso. É um diálogo que as empresas de eucalipto abriram, um espaço para tirar nossas dúvidas e levar nossas propostas.”

José Vilton Braz (Federal), da Associação dos Nativos e Amigos de Caraíva (Anac)

“O Fórum Florestal é um ambiente em que as discussões ultrapassam a legalidade, para decisões em razão do que segmentos da sociedade acham por bem fazer. Passou a ser imprescindível para a região.”

Fabio Fernandes, promotor público estadual do Estado da Bahia

pastagens sobre os tabuleiros em plantações de eucalipto e a migração do gado para dentro dos boqueirões e APP, mas isso está sendo revertido atualmente pelas próprias empresas, que estão recuperando matas nativas”.

Por outro lado, havia uma preocupação em relação à ocupação territorial nos municípios, com a concentração de terras nas mãos de poucos. A Veracel tem condicionantes em sua licença de operação que determinam que a empresa só pode ocupar até 20% da área total dos municípios do interior e, no máximo, 15% dos municípios litorâneos, além de não plantar ao longo de uma faixa de dez quilômetros à partir do mar. Mas tanto Fibria quanto Suzano, cujas instalações na região se deram bem antes da Veracel, não têm este tipo de restrição legal.

Desde o início, as instituições que se propuseram a participar do Fórum Florestal apostaram em uma pauta proativa, pois entenderam que as empresas que se instalaram na região queriam continuar por lá e precisavam ter legitimidade para isso. Temas relacionados a manejo, gestão do território e relação com a comunidade começaram a ser debatidos.

Um exemplo foi a questão do roubo de madeira das empresas para a produção de carvão. Interromper essa atividade ilegal era uma demanda das empresas, mas também da comunidade, por conta dos problemas de segurança e de saúde que acarretavam. Por meio da intervenção do Ministério Público Estadual, que estabeleceu um termo de ajustamento de conduta com a Fibria e a Suzano, muitas famílias que estavam na atividade de produção de carvão ilegal, hoje estão participando de programas sociais executados pelas

“O Fórum é um entendimento entre as comunidades e as empresas de celulose que vêm atuando na nossa região e tem ajudado muito, inclusive as próprias empresas, na integração com as comunidades vizinhas. Melhorou muito a nossa região. Vejo no trabalho das empresas na nossa comunidade um respeito muito grande pelas pessoas, preservando, cuidando, mantendo as florestas, as nascentes. E tudo isso depois do Fórum Florestal, porque antes não havia essa preocupação. Hoje, dão retorno imediato e solucionam os problemas. Um dos impactos positivos na nossa comunidade foi a capacitação de muita gente do entorno, além do melhoramento de estradas e pontes, e da preservação dos boqueirões.”

José Dilson da Silva Dias, da Cooperativa dos Reflorestadores de Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia (Cooplantar)

empresas, como a criação de peixes, produção de mel e pólen e a agricultura familiar.

Paulo Dimas Menezes, ex-secretário executivo do Fórum Florestal da Bahia, acredita que a existência do Fórum Florestal foi possível porque o interesse público foi colocado à frente por seus participantes. “Essas organizações ambientalistas existem porque têm pessoas que voluntariamente atuam pelo interesse público. E parte das empresas tem também o interesse em reduzir conflitos, de fazer um ambiente de negócios melhor. E o Fórum Florestal é uma instância onde o interesse público prevalece.”

ENTRANDO EM ACORDO

Segundo José Francisco Azevedo Júnior, sócio-fundador do Grupo Ambiental Natureza Bela, de Itabela, o maior mérito do Fórum Florestal foi fazer instituições que não se falavam e viviam se agredindo começarem a conversar. “O Fórum abriu o diálogo, fazendo com que os participantes vissem que atrás de um CNPJ, há um CPF”. Embora o Ministério Público Estadual não seja membro do Fórum, por ser uma instituição pública, o promotor Fabio Fernandes o considera um ótimo espaço de diálogo, e conta que participa como convidado de muitas das discussões. “As reuniões demonstram comprometimento de quem participa, fomentando discussões importantes”, disse.

A forma encontrada para formalizar os debates sobre temas específicos discutidos no Fórum Florestal foi a instituição de acordos, adotados por meio de consenso. “Esses acordos foram possíveis porque as empresas enviaram ao Fórum participantes com capacidade de decisão ou de trabalhar por esses temas nas suas diretorias”, diz Oscar. “No início, houve desconfiança mútua, mas depois as pessoas foram criando afinidades, construindo laços. Cada acordo pode parecer pequeno, mas para quem foi beneficiado por ele, não tem preço”.

Francisco Júnior lembra que os três primeiros anos do Fórum foram efervescentes, com a realização de reuniões periódicas e pautas carregadas de temas relevantes, além de “angústias de ambas as partes, por conta da expectativa de limitação das áreas de plantio, por parte das entidades socioambientais, e pelo fim do roubo de madeira, pelas empresas”. Apesar de reconhecer a importância do Fórum, o ambientalista não participa mais desse espaço de diálogo por achar que não evoluiu o suficiente.

Para Jeferson Morgado, do Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS), organização que abrigou o Fórum entre abril de 2010 e março de 2012, um dos pontos mais importantes do Fórum foi desmistificar que a cultura do eucalipto é mais predatória que outras culturas. “O que vemos é que a silvicultura praticada em nossa região procura respeitar integralmente as normas ambientais, notadamente em termos de conservação das áreas de preservação permanente. Essa prática difere bastante das culturas tradicionais, como a pecuária e a agricultura”, diz.

“O Fórum Florestal nos deu uma oportunidade de mostrar a comunidade e a região para o mundo todo e nos proporcionou um espaço aberto de diálogo, de levar nossas reivindicações, discutir os problemas e as possíveis soluções entre comunidade, empresas e municípios. Abriu esse espaço de diálogo, aproximou as empresas de base florestal que atuam na região e a comunidade.”

Waldir Paixão Graciano, Associação de Moradores de Oliveira Costa

“Temos por compromisso conduzir nossos processos de forma eficiente e com respeito às pessoas e ao meio ambiente. Dessa forma, fazer parte do Fórum Florestal fortalece nossa forma de atuação, pois o ambiente é extremamente propício para discussões que possibilitam a geração de boas ideias e a melhoria das práticas conservacionistas e inclusivas durante o processo produtivo”.

Alexandre Di Ciero, gerente executivo de Sustentabilidade da Suzano

Segundo Morgado, as empresas de celulose são modernas e, por isso, têm compromissos com questões sociais e ambientais. “Como consequência, levamos outras empresas da região, mais ou menos vinculadas ao processo de produção da madeira - como as prestadoras de serviço, as transportadoras, as terceirizadas em geral -, à me-

GOVERNANÇA

Embora tenha sido idealizado para facilitar o diálogo entre empresas e organizações ambientalistas, os membros iniciais do Fórum Florestal da Bahia logo perceberam que era preciso incorporar também as organizações sociais e abrir seu leque de demandas também para como as empresas se relacionavam com a sociedade e os impactos do manejo ao dia a dia das pessoas. Esses aspectos foram incorporados ao Regimento Interno, ao Código de Conduta e à Carta de Princípios do Fórum Florestal.

Carta de Princípios

Missão: Ser espaço permanente de diálogo da sociedade sobre as florestas no sul e extremo sul da Bahia.

Princípios:

1. Abertura permanente às organizações da sociedade civil interessadas.
2. Inexistência de critérios de exclusão.
3. Presunção de boa fé entre os participantes.
4. Decisões por consenso.
5. Compromisso dos participantes com esclarecimento de qualquer questão trazida ao Fórum.
6. Atuação também como indivíduos/cidadãos, além da representação das organizações.
7. Complementaridade com outros fóruns e conselhos.
8. Transparência – os processos, ações e resultados do Fórum devem ser difundidos amplamente, por diversos meios.

Objetivos:

1. Conservar a biodiversidade florestal da Mata Atlântica, incluindo formação de corredores ecológicos.
2. Fomentar adequação ambiental de propriedades rurais com atividades silviculturais.
3. Promover acordos sobre ordenamento territorial.

4. Direcionar ações para mitigar/potencializar impactos sociais e ambientais da silvicultura.
5. Mediar conflitos da silvicultura com outras atividades e comunidades.
6. Facilitar a integração de ações das organizações participantes do Fórum.
7. Fomentar uso múltiplo de madeira e produtos florestais não madeireiros de forma sustentável e legalizada, fortalecendo suas cadeias produtivas.

O Fórum é estruturado a partir de uma secretaria executiva profissional, que conta com dois profissionais contratados por edital. O contrato é sempre de dois anos, mas os titulares podem ser reconduzidos por mais dois. Atualmente, conta com Oscar Artaza como secretário executivo e Márcia Maciel como apoio administrativo. A equipe tem base na instituição sede, que é sempre um membro que tenha sede em um município de atuação do Fórum e fica responsável, ainda, pela administração dos recursos. No momento, essa instituição é o IBIO, em Porto Seguro.

Além disso, o Fórum conta com um Grupo de Trabalho, formado por membros do Fórum e pessoas convidadas, conforme o tema a ser discutido pelo grupo. Se houver necessidade, outros grupos de trabalho podem ser criados. Sua principal função é debater tecnicamente a pauta antes das reuniões plenárias, para embasar as decisões. Para tanto, reúne-se, no mínimo, 30 dias antes de cada plenária. São realizadas pelo menos quatro plenárias por ano, podendo ter outras extraordinárias.

As decisões do Fórum Florestal são por consenso, a partir de discussões sobre alterações e ajustes nos acordos para que todas as partes sejam ouvidas e contempladas. Embora possa participar de reuniões quando convidado, o poder público não tem direito a voto.



Miriam Prochnow

MUITAS DAS DISCUSSÕES DO FÓRUM OCORREM EM GRUPOS DE TRABALHO.



Miriam Prochnow

VISITAS DE CAMPO TAMBÉM SÃO UTILIZADAS COMO FERRAMENTA PARA EMBASAR OS DEBATES.

“Inicialmente achamos que não era uma boa participar e fizemos algumas críticas, até porque não entendíamos qual era a finalidade do Fórum Florestal. Particpei pela primeira vez em 2006, achei interessante e a Ascae começou a participar. Os assuntos eram muito mais discutidos no início, porque havia mais problemas, hoje é bem mais tranquilo. Acabamos sediando a secretaria executiva do Fórum de 2012 a 2014, o que para nós foi muito bom, pois conseguimos nos organizar juridicamente e saímos da informalidade.”

Ricardo Montagna, Associação Cultura Arte e Ecologia (Ascae)

“O Fórum Florestal é responsável por tudo o que aconteceu em Caraíva e Nova Caraíva em termos de movimento e emprego, pois através dele é que apareceu a oportunidade da Coopltantar ser criada e trabalhar na recuperação florestal de várias áreas do entorno de Caraíva. Com a criação da Coopltantar, foram gerados mais de 50 empregos diretos, fora os indiretos. Pode não parecer muito, mas beneficiou muitas famílias, onde não tem muito emprego fora da alta temporada. Trouxe sustentabilidade para muita gente.”

Romildo Anfonso da Silva, da Associação Comunitária Beneficente de Nova Caraíva (ASCEBENC)

didá que são incorporadas nesse processo modernizado, a também ter mais respeito às normas ambientais e sociais, como a legislação trabalhista, o que é um avanço”.

O Fórum Florestal tem, ainda, a capacidade de introduzir assuntos até então pouco explorados. Participante desde 2010, Almir Requião, do Manguezal Meu Quintal, conta que, depois das primeiras reuniões que participou, começou a perceber como inserir o manguezal, que é parte do bioma Mata Atlântica, na discussão. “Começamos a pensar como agregar valor aos manguezais e, depois de cinco anos de participação, estamos tentando fazer um trabalho para levar conhecimento sobre os manguezais para todos os visitantes de Porto Seguro”.

Nesses dez anos, o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia pactuou dez acordos e virou tema da dissertação de mestrado da cientista social e consultora de empresas e organizações sociais Leila Márcia Souza Oliveira.

Atualmente, participam do Fórum, as seguintes organizações: Associação de Moradores de Costa Dourada; Associação Moradores Comunidade Oliveira Costa; Associação Mulheres Artesãs de Ponto Central; Associação Ambientalistas e Moradores Praias 2 e Lençóis; Associação Cabralia Arte e Ecologia (Ascae); Associação Comunitária Beneficente Nova Caraíva (ASCEBENC); Associação das Empresas de Base Florestal (Abaf); Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul da Bahia (Aspex); Associação Formas da Natureza Itaúnas (AFNI); Conservação Internacional (CI-Brasil); Cooperativa Replantadores Mata Atlântica do Extremo Sul da Bahia (Coopltantar); Fibria; Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Conceição da Barra; GRIN-9; Instituto Bioatlântica (IBIO); Instituto Cidade; Instituto de Apoio e Proteção Ambiental (Iapa); Manguezal Meu Quintal; Movimento Defesa de Porto Seguro (MDPS); Natureza Bela; Suzano; The Nature Conservancy (TNC); Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Veracel; 2 Tree Consultoria.

CAPÍTULO 3

AVANÇOS DO DIÁLOGO: OS ACORDOS

Os acordos são a parte mais visível dos resultados do processo de diálogo fomentado no Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia. Nesses dez anos, foram firmados dez acordos, que se encontram em diferentes graus de implementação. Forma inovadora de atuar implantada pelo Fórum Florestal, os acordos têm se revelado um canal fundamental para encaminhar as demandas, comprometendo empresas, comunidade e organizações na resolução dos conflitos.

“Os acordos são uma grande conquista, pois trouxeram o aprendizado de que é necessário também ceder para

chegarmos a um bom resultado. E que precisamos buscar agendas comuns e consensos”, diz Renato Gomes Carneiro Filho, gerente de Sustentabilidade da Veracel.

Segundo Almir Requião, do Manguetal Meu Quintal, “já quase não se ouve falar de conflito por conta dos acordos de convivência, de respeito às culturas locais, de espaço para as comunidades, de sinalização para os visitantes da região, de respeito aos pescadores. Esses acordos foram fundamentais para que hoje houvesse essa calma e que as pessoas estejam preocupadas em gerir os acordos em benefício de todos”, avalia.



Wigold Schaffner

1. ACORDO DO FOMENTO FLORESTAL

DATA: DEZEMBRO DE 2006

Primeiro acordo efetivado pelo Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, prevê que as empresas incluam e monitorem condicionantes ambientais nos contratos de Programas de Fomento de plantio de eucalipto que mantêm com agricultores da região. Além disso, devem promover a certificação florestal dos produtores, apoiar atividades e programas de qualificação e fortalecimento dos órgãos municipais responsáveis pelo licenciamento ambiental e buscar mecanismos de incentivo para a recuperação de áreas degradadas.

A expectativa era que o acordo tivesse rapidamente um grande impacto por envolver centenas de proprietários e ser bastante amplo. No entanto, segundo João Augusti, da Fibria, houve falhas do Fórum, em não acompanhar, e das empresas, na internalização do acordo que, com mudanças nas equipes, em alguns momentos, caiu no esquecimento.

Em 2010, um monitoramento externo, para o qual foi contratado o atual secretário executivo do Fórum, Oscar Artaza, mostrou que as diretrizes referentes ao monitoramento de condicionantes ambientais nas áreas de plantio estavam sendo implantadas parcialmente. No entanto, aquelas que envolviam integração de práticas sustentáveis, apoio a programas de qualificação e fortalecimento de órgãos ambientais, e incentivos à recuperação de áreas degradadas não estavam sendo cumpridos.



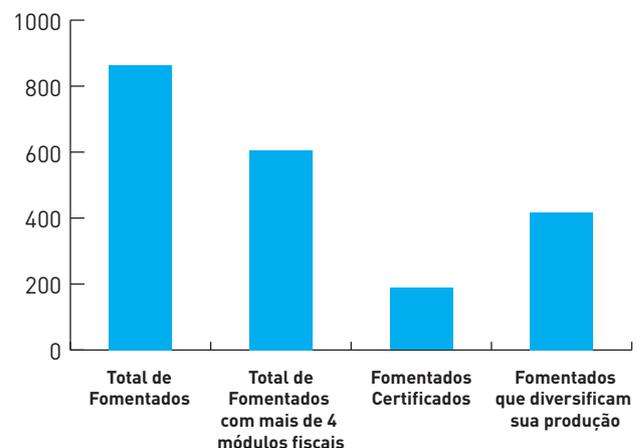
Fotos: Miriam Prochnow

O principal resultado desse processo, segundo Artaza, foi as empresas perceberem que era necessário criar ferramentas de monitoramento. A Fibria, por exemplo, introduziu indicadores do acordo dentro de suas certificações, tornando-os obrigatórios. A iniciativa foi seguida pelas demais empresas. “Hoje o monitoramento é realizado pelos programas de certificação das empresas, principalmente o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil)”. Em 2011, a Suzano foi a primeira empresa do setor a criar um projeto de certificação em grupo para fomentados. A adoção dos termos do acordo foi reforçada, também, pela intervenção do Ministério Público Estadual e do Centro de Recursos Ambientais do Estado.



EXEMPLOS DE PROPRIEDADES DE FOMENTADOS.

Gráfico 1
ACORDO DO FOMENTO



ÍTEGRA DO ACORDO

1. Nos novos contratos e na renovação dos contratos atuais, adotar um sistema de classificação do uso do solo das propriedades, de forma a garantir que as áreas classificadas como de vegetação primária e secundária em estágios médio e avançado de regeneração, no ano base de 1996, não sejam objetos de contrato de fomento florestal entre empresas e proprietários rurais.
2. Na renovação dos contratos, em se constatando desmatamentos na propriedade durante a vigência do contrato, a renovação deverá prever como condição a compensação/recuperação das áreas, sem prejuízo das demais sanções contratuais e da legislação em vigor.
3. Novos plantios em zona de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral e dentro de áreas de proteção ambiental, após anuência do órgão responsável e na ausência de disposição em seus respectivos planos de manejo, seguirão as diretrizes e melhores práticas acordadas no âmbito deste fórum.
4. No ato da contratação e na renovação de contratos, exigir o cumprimento da legislação relativa à reserva legal da propriedade, orientando os proprietários para alocação e averbação da reserva legal (RL), bem como no plano de recuperação da mesma, quando for o caso, priorizando a conectividade e formação de corredores florestais.
5. Buscar a integração das estratégias adotadas pelas empresas para a promoção de práticas sustentáveis – incluindo informações sobre técnicas de produção, diversificação do uso do solo, conservação da biodiversidade, Corredor Central da Mata Atlântica e outros temas de relevância, buscando ainda integrar a participação das organizações ambientalistas, associações de proprietários rurais e prestadores de serviços silviculturais nessas estratégias.
6. Incorporar as melhores práticas agrícolas e ambientais na relação econômica com os produtores florestais e rurais, visando ao uso sustentável dos recursos naturais, como por exemplo: solo, recursos hídricos e biodiversidade local. Utilizar ferramentas, tais como: cartilhas, reuniões técnicas, visitas técnicas, outras julgadas apropriadas para esse fim.
7. Acompanhar o cumprimento das condicionantes ambientais aplicadas ao Fomento Florestal na Bahia.
8. Criar mecanismos para promover a certificação florestal dos participantes dos Programas de Fomento. Observação: O entendimento deste fórum é que promoção é diferente de certificação e a mesma já vem ocorrendo.
9. Apoiar atividades e programas de qualificação e fortalecimento dos órgãos municipais responsáveis pelo licenciamento de empreendimentos florestais.
10. Buscar, em conjunto com as organizações ambientalistas, mecanismos de incentivo para a recuperação de áreas degradadas – especialmente Áreas de Preservação Permanente – APP e Reserva Legal – RL – acordados e validados por este fórum.

2. ACORDO EXCLUSÃO DE SILVICULTURA EM ÁREAS DE CACAU CABRUCÁ

DATA: FEVEREIRO DE 2009

Segundo Rosa Penzza, da Fundação Jupará, o acordo do cacau cabruca foi uma conquista das organizações que atuam na região, pois fez com que as empresas não plantassem ou fomentassem nas áreas de cacau cabruca. “Foi um grande ganho para a região do cacau”, avalia.

A partir de 2014, a proibição foi regulamentada pela Lei Estadual nº 15.180.

ÍNTEGRA DO ACORDO

As empresas de celulose não efetivarão plantios de eucaliptos nem comprarão madeira plantada, seja em propriedades próprias ou de terceiros, em áreas atualmente ocupadas ou que estavam ocupadas em 1993 pelo modelo de cultura conhecido como cacau cabruca (plantio de cacau sombreado por matas nativas em lugar do sub-bosque) em municípios do sul da Bahia.



Wigold Schaffer



Miriam Prochnow



Wigold Schaffer



Miriam Prochnow

ACIMA, PÉ DE CACAU E FRUTO DO CACAU. ABAIXO, SISTEMA DE CACAU CABRUCÁ E GRUPO SABOREANDO O FRUTO *IN NATURA*.

3. ACORDO ROTA DAS BARÇAÇAS

Esse acordo foi realizado entre pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau (Resex Corumbau) e a Veracel, que transportava a celulose do litoral do extremo sul da Bahia em barçaças para o Porto de Aracruz no Espírito Santo, onde fica a fábrica da empresa, por uma rota próxima aos locais de pesca das colônias e associações de pescadores. O Terminal Marítimo de Belmonte (TMB) da Veracel foi construído para reduzir os custos de transporte da celulose e como uma alternativa mais sustentável para percorrer os 600 quilômetros de Belmonte (Bahia) até Aracruz (Espírito Santo). Cada viagem de barçaça representa 384 viagens de carretas a menos pela BR-101.

Para os pescadores, a passagem das barçaças estava afetando a pesca artesanal. Por conta disso, iniciaram-se negociações envolvendo, além das associações e colônias

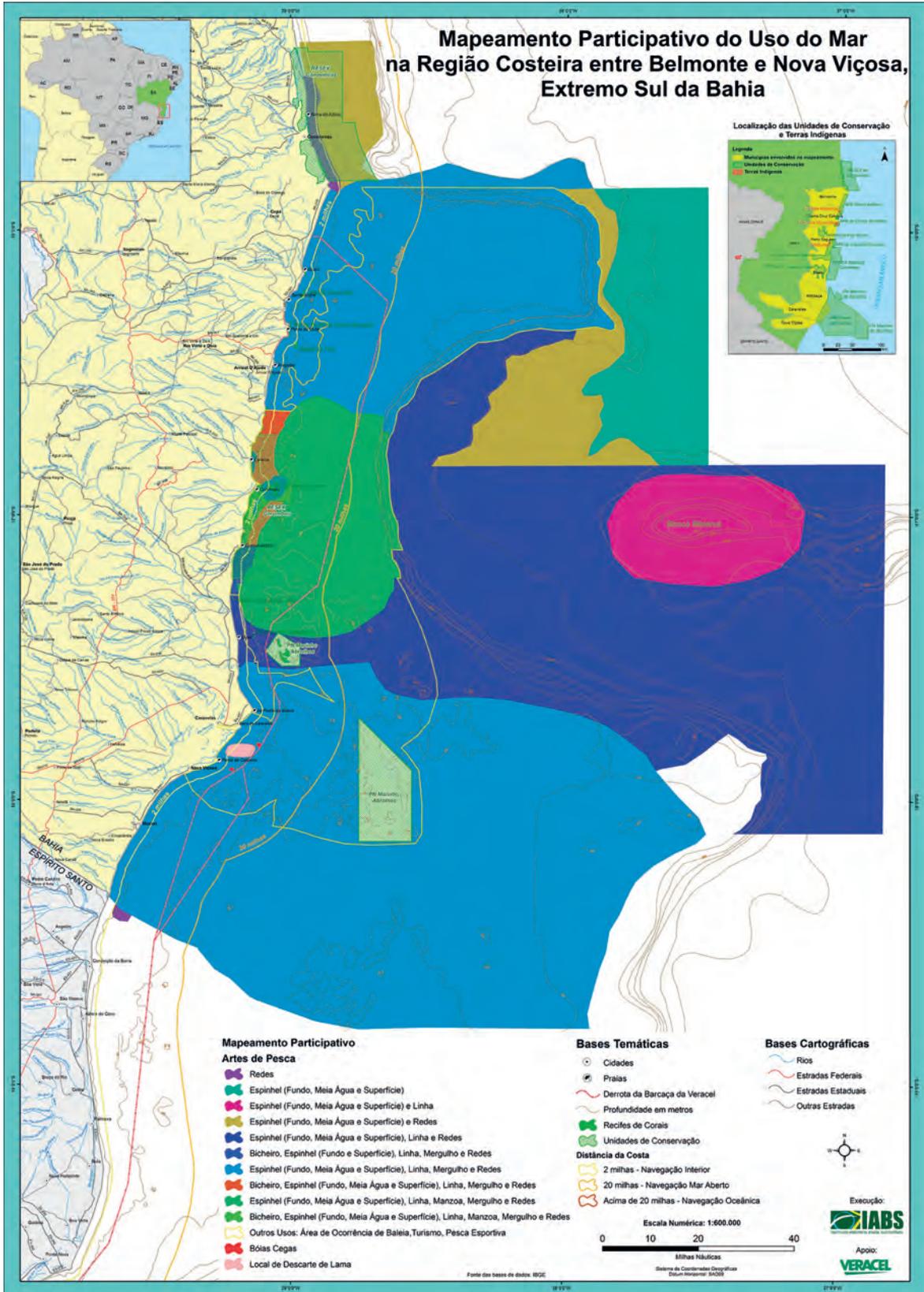
ÍTEGRA DO ACORDO

A rota das barçaças da Veracel será preliminarmente afastada para 10 milhas da costa, a partir de junho de 2009, de forma que as mesmas não naveguem dentro dos limites da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau. A rota definitiva será determinada em processo de mapeamento participativo do ambiente marinho, que incluirá representantes de todas as colônias e associações de pescadores, bem como das organizações ambientalistas com atuação no ambiente marinho da região.



Wigold Schaffler

Mapa 1



de pescadores da região, a Veracel e o Fórum Florestal, também a Resex Corumbau, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Baleia Jubarte (IBJ), a Capitania dos Portos de Porto Seguro e a Norsul (empresa responsável pelo transporte marítimo). O motivo era evitar que qual-

quer alteração pudesse causar transtornos para baleias, corais, tartarugas e outros animais.

Raimundo José Bonfim Cardoso, conhecido como Zé Marreco, da Resex Corumbau, conta que, quando as barcaças começaram a passar dentro da unidade de conservação, os pescadores foram ao Fórum Florestal. “Fizemos reunião questionando isso e depois vieram participar outras comunidades pesqueiras da região, de Belmonte, Guaiú, Prado, Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa. O Federal, liderança social de Caraíva, era conselheiro da unidade de conservação e presidente da Associação dos Nativos e Amigos de Caraíva (Anac). Como tinha cadeira no Fórum Florestal fez o questionamento para o Paulo Dimas, secretário executivo na época, que sugeriu que se fizesse uma reunião com a comunidade pesqueira, Veracel, Marinha e Norsul, empresa que opera as barcaças.

O resultado imediato do acordo foi a alteração da rota, que passou de 8 milhas da costa para 10 milhas. O acordo, porém, previa a continuidade das discussões para que uma rota definitiva fosse estabelecida. A rota teve outra alteração e, hoje, está a 20 milhas de distância da costa.

“Acordamos com a Veracel a retirada das carretas da BR-101, diminuindo acidentes e a emissão de gás carbônico pela queima de diesel no transporte da celulose. Vimos que a Veracel ia fazer o transporte pela água para evitar todos esses impactos. Com a entrada dos outros parceiros da pesca, surgiu uma proposta da Veracel de um projeto para que pudéssemos monitorar as barcaças para ver se elas estão realmente passando com 20 milhas e para ter comunicação com os pescadores para que, se estiver na rota, saiba o horário da barcaça e não cause acidente, pois as barcaças funcionam em piloto automático e não saem da rota. Depois veio o questionamento sobre a baleia jubarte e todos os impactos que as barcaças podem trazer ao longo do tempo. Mesmo que a rota tenha sido definida em 20 milhas, cada dia o peixe está mais escasso. Vai que daqui a algum tempo a gente precise pescar em 10, 13 ou mesmo 20 milhas? Ou se precisarmos aumentar a unidade de conservação?”, diz o pescador.



Wigold Schaffner

ALÉM DA PESCA, AS COMUNIDADES VIVEM DE OUTROS PRODUTOS EXTRATIVISTAS.



Arquivo Veracel

TERMINAL MARÍTIMO DE BARCAÇAS (TMB), EM BELMONTE.

RESULTADOS, SEGUNDO A VERACEL:

Os principais produtos deste acordo foram:

- Retorno da rota das barcas para a rota original do transporte de celulose (passou de 8 milhas da costa para 20 milhas no trecho entre Belmonte e o Prado).
- Entrega do mapeamento participativo dos usos do mar.

O mapeamento participativo indicou algumas necessidades levantadas pela comunidade pesqueira e a Veracel concordou em ajudá-los nas seguintes necessidades:

1. Bases de comunicação nas colônias e/ou associações de cada município em cada território.

Ação: Instalar 17 bases de comunicação dotadas com rádios PX e VHF nas sedes das colônias e associações de pescadores no trecho entre Belmonte e Nova Viçosa.

Resultado: Ainda não foram instaladas, pois, antes de instalar os equipamentos, conforme a determinação da Anatel, as associações e colônias têm que estar com suas documentações regularizadas. Para viabilizar esse processo, a Veracel está apoiando a regularização das instituições para, na sequência, realizar a instalação dos equipamentos que já foram adquiridos.

2. Capacitação e habilitação dos pescadores (curso oficial da Marinha) para segurança na navegação, de acordo com as normas da Marinha.

Ação: Apoiar financeiramente a Capitania dos Portos na realização dos cursos nas sedes das colônias de pescadores no trecho entre Belmonte e Nova Viçosa.

Resultados: Em 2013, foram realizados sete cursos pela Delegacia dos Portos na região do mapeamento. Em 2014, os cursos foram cancelados pela Delegacia dos Portos. Em 2015, estavam previstos seis cursos.

- Ficou acertado entre a Veracel e os pescadores que o canal de comunicação dos pescadores com a barcaça seria via rádio PX: 25 ou via rádio VHF 16 e a manutenção do diálogo por meio de reuniões entre a Veracel e as lideranças dos pescadores da região estudada.
- Não houve registro de conflitos entre a Veracel e os pescadores após o afastamento da rota das barcas da costa e a realização do mapeamento participativo.
- Há canais diretos de comunicação entre a

Veracel e os pescadores por meio de equipe da empresa, via celular e reuniões periódicas com o pescadores de Belmonte e Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro a Nova Viçosa. Além deste canal de comunicação, a Veracel disponibiliza o “Fale Conosco” via website.

- 17 associações e colônias vêm sendo beneficiadas com a instalação das bases de comunicação desde 2013. A instalação de 100% das bases de comunicação ainda não foi concluída, em função da necessidade de regularização do CNPJ das associações e colônias. Em 2015, a Veracel contratou uma consultoria especializada para verificação das pendências para regularização fiscal das associações e colônias.
- Em função do desdobramento do diálogo com as comunidades, em 2015 as comunidades pesqueiras de Belmonte e Santa Cruz Cabralia, que estão na área de influência direta das operações do Terminal Marítimo de Belmonte, foram beneficiadas com a doação de alguns equipamentos e um programa de monitoramento do desembarque pesqueiro, conforme a seguir:
 - Construção de um atracadouro de barcos em Cabralia;
 - Reforma de um atracadouro de barcos em Belmonte;
 - Construção de uma rampa para acesso de barcos ao mar e manutenção de embarcações em Belmonte;
 - Construção de uma fábrica de gelo em Belmonte;
 - Em 2016, será instalada uma fábrica de gelo em Guaiú e uma unidade de beneficiamento em Belmonte.
- O programa de monitoramento de desembarque pesqueiro tem a finalidade de monitorar o desembarque pesqueiro marinho nos principais pontos de desembarque de Belmonte, Mogiquicaba, Santo Antonio, Guaiú, Cabralia-sede e Coroa Vermelha, gerando dados sobre quantidade e tipo de pescado, número de embarcações, regiões de pesca, receita gerada com a primeira venda por município e variação da pesca ao longo do ano. Os resultados de monitoramento referentes ao período de janeiro a dezembro de 2014 foram apresentados para os pescadores de Belmonte e Cabralia em maio de 2015.

4. ACORDO DE AFASTAMENTO DE PLANTIOS DE NÚCLEOS URBANOS

DATA: JUNHO DE 2009

O acordo foi instituído entre as comunidades e as empresas, determinando o afastamento dos plantios florestais em 300 metros dos núcleos urbanos. Começou a ser discutido quando as empresas foram questionadas sobre a proximidade do plantio em relação a povoados, distritos e estruturas de uso público. A proximidade dos plantios nos povoados, em muitos casos, representou uma ruptura no modo de vida tradicional das comunidades, acostumadas a viver em espaços abertos e cuidando de atividades agropecuárias. Além do impacto na paisagem, essa proximidade causa diversos incômodos, como a falta de sol e interferência em sinais de TV e telefonia. Segundo Oscar Artaza, secretário executivo do Fórum, é o acordo com maior cunho social e maior impacto socioeconômico.

Artaza afirma que o acordo vem sendo cumprido, mas cada empresa transforma suas diretrizes em programas diferentes. A Fibria foi muito além do acordado e, em algumas comunidades, recuou os plantios em até

500 metros. Tanto a Suzano quanto a Veracel também vêm respeitando o acordo.

De acordo com Alexandre Di Ciero, gerente executivo de sustentabilidade da Suzano, a empresa investiu no atendimento às comunidades de Mucuri que solicitaram um projeto de apicultura, que tem tido alta aceitação e boa avaliação dos participantes que produzem atualmente mel e pólen, obtendo além do retorno financeiro, mais conhecimento e entendimento das questões ambientais.

Segundo Renato Gomes Carneiro Filho, gerente de sustentabilidade da Veracel, a empresa vem apoiando associações comunitárias de cada comunidade a implantar e desenvolver projetos de agricultura familiar nas áreas de recuo, beneficiando famílias de baixa renda, desempregados ou prestadores de serviços temporários, melhorando a segurança alimentar e comercializando o excedente da produção. Os projetos, chamados de Agrovida, encontram-se em níveis diferenciados de execução e têm a mandioca como cultura primária de produção. As áreas de execução dos projetos são cedidas às associações de moradores de cada comunidade de entorno, por meio de contrato de comodato. Além disso, a empresa vem fazendo a transferência de tecnologia e o acompanhamento técnico que se estende por um período de três anos.

Arquivo Veracel



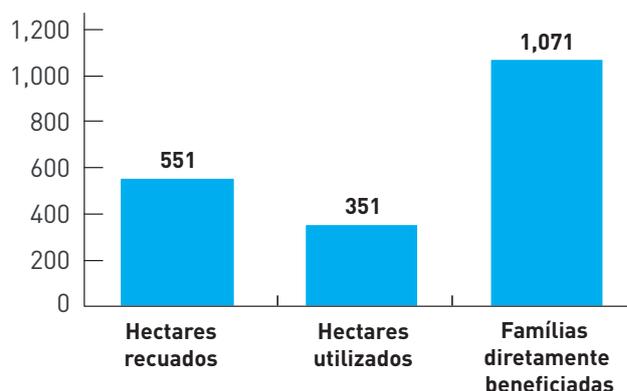
ASPECTO DE NÚCLEO URBANO APÓS AFASTAMENTO DE PLANTIO.

Arquivo Veracel



AGRICULTURA SENDO REALIZADA EM ÁREA DE RECUO.

Gráfico 2
AFASTAMENTO DE PLANTIOS
DE NÚCLEOS URBANOS



ÍNTEGRA DO ACORDO

- Os plantios em terras próprias das empresas serão recuados em 300 m dos núcleos urbanos e sedes dos municípios, considerados a partir dos limites das zonas de expansão urbana definidos até agosto de 2009, pelo IBGE ou plano diretor municipal, quando houver.
- Para áreas de novos plantios serão imediatamente respeitadas os recuos acordados; para áreas de plantios antigos, os afastamentos de 300 m serão avaliados caso a caso, em conjunto com as comunidades locais, e efetuados na época de colheita da madeira.
- O uso e ocupação das áreas recuadas serão objeto de plano específico, elaborados com metodologia democrática e participativa de planejamento, possibilitando participação da população local para decisões e deliberações sobre o uso social ou comunitário da terra, além da prevenção de invasões.
- Os distritos de Helvécia, no município de Nova Viçosa, e Ponto Central, no município de Santa Cruz Cabrália, serão objeto de experimentos piloto de planejamento participativo de que trata este acordo.
- Haverá prazo mínimo de um ano antes do corte para início da elaboração do plano participativo de uso e ocupação do solo nas áreas de recuo.
- Não serão fomentados novos plantios dentro dos limites de recuos pactuados, não existindo restrições para contratos antigos de fomento.
- As empresas apresentarão mapeamento de todos os casos de incidência deste acordo antes do próximo encontro do Fórum (Aracruz, Suzano e Veracel).
- As empresas responsáveis pelos experimentos pilotos enviarão metodologia ao grupo de mensagens da plenária para debate no GT de Ordenamento Territorial.

5. ACORDO DE AFASTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS COMUNITÁRIAS

DATA: OUTUBRO DE 2011

Além da proximidade dos plantios florestais a povoados, o Fórum Florestal debateu o tema da segurança das pessoas que moram em residências isoladas e de outras infraestruturas comunitárias, uma vez que as árvores de eucalipto podem superar os 30 metros de altura.

ÍNTEGRA DO ACORDO

As empresas recuarão seus plantios em 40 metros nas proximidades de moradias isoladas, cemitérios, igrejas, escolas e qualquer outra infraestrutura de uso familiar ou comunitário, a partir de dezembro de 2011.

Tabela 1
RESULTADOS APRESENTADOS PELAS EMPRESAS

EMPRESA	TOTAL DE RECUOS REALIZADOS (HA)
FIBRIA	3,4
SUZANO	2,7
VERACEL	A VERACEL NÃO POSSUI ESSA CONDIÇÃO EM SUAS ÁREAS DE PLANTIO.
TOTAL	6,1



Fotos Wigold Schaffer



ESTE ACORDO PREVÊ O AFASTAMENTO DOS PLANTIOS DE CASAS ISOLADAS OU INFRAESTRUTURAS COMUNITÁRIAS, COMO ESCOLAS.

6. ACORDO DE CONGELAMENTO DE PLANTIOS EM TERRAS PRÓPRIAS DAS EMPRESAS NOS MUNICÍPIOS DE ALCOBAÇA, CARAVELAS, NOVA VIÇOSA E MUCURI

DATA: JUNHO DE 2011

O modelo de ocupação do território praticado à época da implantação da silvicultura no extremo sul do estado foi intensivo na aquisição de terra. Ao longo das décadas de 1970 a 1990, pastagens degradadas da região foram sendo transformadas em plantios florestais. Embora a velocidade de aquisição de novas áreas para plantio tenha diminuído com o passar dos anos e com a obtenção da garantia de abastecimento de madeira para as indústrias, o resultado desse processo de ocupação, em alguns ca-

ÍNTEGRA DO ACORDO

Não serão efetuados novos plantios de eucaliptos para celulose em terras próprias das empresas Fibria e Suzano nos municípios de Alcobaça, Caravelas, Mucuri e Nova Viçosa (estado da Bahia) a partir de dezembro de 2011.

sos, se traduz em taxas de ocupação superiores a 50% da área agricultável em alguns municípios.

Essa realidade levou o Fórum Florestal a debater, no contexto do tema do ordenamento territorial, a questão do congelamento de plantios florestais em terras próprias.

Oscar Artaza



Tabela 2
PLANTIO EFETIVO DE FIBRIA E SUZANO EM 2011

MUNICÍPIO	ÁREA DO MUNICÍPIO (IBGE) – EM HA	FIBRIA		SUZANO	
		Efetivo plantio em terras próprias (ha)	%	Efetivo plantio em terras próprias (ha)	%
ALCOBAÇA	148,069	28,914	20	6,269	4
CARAVELAS	239,661	24,152	10	31,267	13
MUCURI	178,650	13,552	8	26,967	15
NOVA VIÇOSA	131,739	19,290	15	20,875	16
TOTAL	689,815	85,908		85,378	

Tabela 3
PLANTIO EFETIVO DE FIBRIA E SUZANO EM 2015

MUNICÍPIO	ÁREA DO MUNICÍPIO (IBGE) – EM HA	FIBRIA		SUZANO	
		Efetivo plantio em terras próprias (ha)	%	Efetivo plantio em terras próprias (ha)	%
ALCOBAÇA	148,069	28,116	18.98	5,598	3.78
CARAVELAS	239,661	20,017	8.35	30,219	12.6
MUCURI	178,650	11,511	6.44	26,770	14.98
NOVA VIÇOSA	131,739	17,875	13.56	19,972	15.16
TOTAL	689,815	77,519		82,559	

7. ACORDO DE AFASTAMENTO DO LITORAL EM MUCURI

DATA: OUTUBRO DE 2011 (REDAÇÃO FINAL
EM JUNHO DE 2012)

Este acordo foi realizado porque Mucuri é um dos municípios nos quais os plantios florestais foram implantados em grande escala. Em alguns locais, os plantios chegam até à beira do mar, conflitando com outras atividades econômicas, tais como o turismo.

Buscando fortalecer o desenvolvimento local do belíssimo litoral do sul baiano, o Fórum Florestal resolveu acordar um recuo dos plantios em 300 metros a partir da linha da preamar. Sob a coordenação do Fórum, foi criado um grupo de apoio local, formado por moradores da região, representantes da prefeitura de Mucuri, da Câmara de Vereadores e por lideranças de associações, para debater a melhor forma de implantar o acordo. O grupo propôs e o Fórum Florestal aprovou a realização de um Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental das áreas de recuo a preamar, que deverá direcionar os usos para essas áreas. Esse estudo está concluído e seus resultados balizarão a realização das oficinas participativas para elaboração do plano de uso e ocupação das áreas de recuo. A estimativa



Wigold Schaffer

ASPECTO GERAL DO LITORAL DA REGIÃO, QUE TEM NO TURISMO UMA ATIVIDADE FORTE.



Wigold Schaffer

ASPECTO DE FALÉSIA DA REGIÃO.

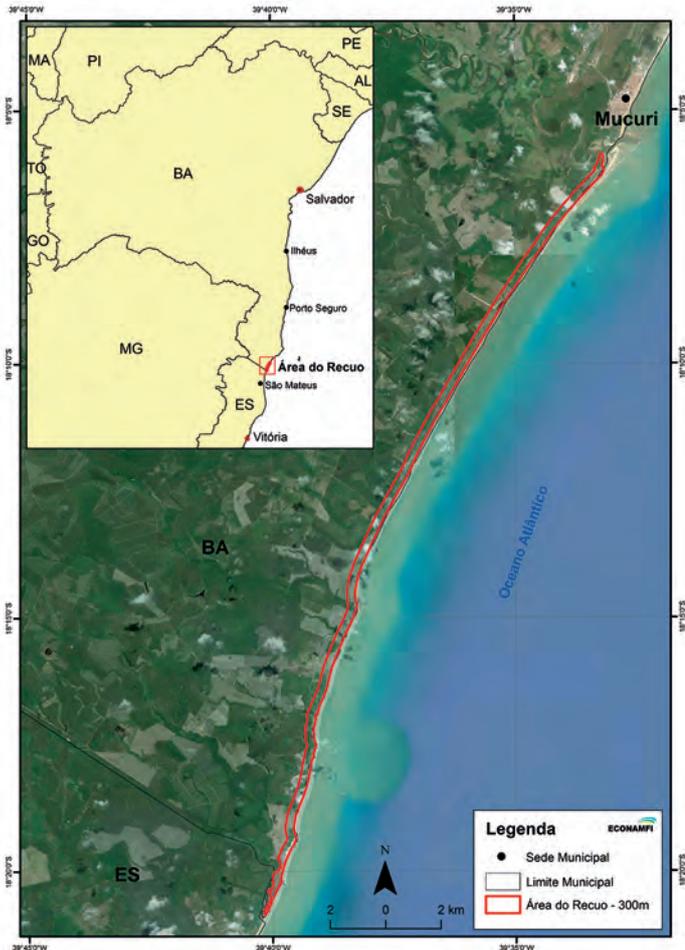


Oscar Artaza

PRAIA DO SOSSEGO, PLANTIOS AO FUNDO.

Mapa 2

LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE RECUO



ÍTEGRA DO ACORDO

Os atuais plantios em terras próprias das empresas nos municípios do extremo sul da Bahia serão recuados em 300 metros das bordas de falésias e, na ausência destas, da linha de preamar, de acordo com o cronograma de colheita. Para novas áreas de plantios em terras próprias nestes municípios serão desde já respeitados o recuo determinado por este acordo. O uso e ocupação do solo nas áreas recuadas serão objeto de plano específico, elaborado com metodologia participativa de planejamento, com inclusão das comunidades e organizações locais nas decisões sobre uso social da terra, prevenção e reversão de invasões. O plano será realizado em até 18 meses a partir da data deste acordo. Não será efetivado nenhum recuo até a finalização deste plano. Não serão fomentados novos plantios que ultrapassem os limites deste recuo em terras de terceiros ou renovados contratos antigos de fomento nestas áreas recuadas. A exceção dos contratos antigos de fomento, citados acima, não haverá compra de madeira para celulose na faixa de recuo objeto deste acordo. Onde houver recuo, haverá sinalização para caracterização das áreas de preservação permanente do litoral, bem como das áreas a serem recuadas. O acordo tem validade a partir da data desta reunião: 20 de junho de 2012.

é que o plano esteja concluído no primeiro semestre de 2016. A Veracel não está incluída no acordo, pois só atua a 10 quilômetros da costa.

“Estamos de cabeça nesse projeto de recuo de plantios do litoral para mudar a paisagem da região, garantindo as áreas de preservação que seriam intocáveis e oportunidades de geração de renda através de projetos de base comunitária para a região”, diz Waldir Paixão Graciano, da Associação de Moradores de Oliveira Costa. “O turismo

aqui gera renda sazonal em várias épocas do ano e também é uma garantia de renda para a comunidade. Temos os maiores pontos turísticos do município nessa localidade do recuo e vamos trabalhar isso”, diz.

Graciano, porém, demonstra preocupação com invasões nas áreas de recuo, antes da conclusão do Diagnóstico. “É preciso trazer para essa comunidade uma consciência social e ambiental e mostrar a importância da região para elas”, reforça.

8. ACORDO DE EXCLUSÃO DE COMPRA, PLANTIO E FOMENTO NA COSTA DO DESCOBRIMENTO

DATA: ABRIL DE 2013

Quando a empresa Veracel estava tramitando o processo de implantação de sua fábrica, localizada no município de Eunápolis, uma das condicionantes impostas ao empreendimento, na licença ambiental, foi a proibição de plantar árvores exóticas a menos de 10 Km da costa. Essa proibição atingia os municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte. Porém, outras duas empresas que também fazem parte do Fórum Florestal, a Fibria e a

ÍNTEGRA DO ACORDO

As empresas do Fórum Florestal baiano se comprometem a não plantar, não fomentar plantios e não comprar madeira para produção de celulose, na faixa de 10 km do litoral nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Belmonte, a partir de abril de 2013.

Suzano, não estavam obrigadas a cumprir essa condicionante, o que levou o Fórum a celebrar esse novo acordo.

Wigold Schaffler



9. ACORDO DE SEGURANÇA EM ESTRADAS DE TERRA DE ACESSO AO LITORAL

DATA: JUNHO DE 2013

Segundo Oscar Artaza, secretário executivo do Fórum, o impacto desse acordo, responsável por alargar e sinalizar estradas que dão acesso ao litoral, foi grande, principalmente porque os turistas se perdiam no meio das plantações de eucalipto.

Arquivo Fórum Florestal



Arquivo Fórum Florestal



“A Estrada do Picadão, na divisa da Bahia com o Espírito Santo, era uma estrada estreitinha e um mundaréu de eucalipto, que não dava para passar um carro, quanto mais as carretas. Este não foi um acordo fácil, fizemos uma visita técnica para conhecer o problema e que acabou tendo bom resultado. Agora, está sendo feito um diagnóstico para definir qual será o uso das áreas recuadas. As estradas estão alargadas e sinalizadas”, conta Romildo Afonso da Silva, da Associação Comunitária Beneficente de Nova Caraíva (ASCBENC), que auxiliou a identificar os locais que foram sinalizados nas estradas de acesso à Caraíva, a partir da BR-101.

Conforme José Vilton Braz (Federal), da Anac, havia muito trechos em que as pessoas erravam o caminho. “Antigamente tinha gente que chegava aqui de manhã e ficava perdido dentro dos eucaliptos. Hoje dizem que está muito fácil, porque está tudo sinalizado com placas. Foi um resultado do Fórum Florestal, no qual a comunidade levou a reivindicação e foi atendida”. “Fomos nós, unidos, que promovemos essa melhoria”, completa Romildo.

José Dilson da Silva Dias, da Cooplantar, conta que os turistas aprovaram a sinalização. “Antes, o pessoal, sobretudo à noite, se confundia, se perdia, porque a sinalização era precária. As pessoas perceberam também o alargamento das estradas, com o recuo do plantio que foi feito. Com certeza, agora chega mais gente às praias. O único impacto negativo ainda é na época de corte, porque é muita carreta, muita máquina e geralmente acaba caindo madeira na estrada. Mas esse é um impacto que não tem como diminuir, já que as carretas têm que passar por ali mesmo, não tem outra via. Mas é só de sete em sete anos”.

Uma pesquisa de opinião foi realizada, por moradores de Costa Dourada, entre agosto e setembro de 2015, com 65 turistas que visitaram a região de Costa Dourada, e, durante o mês de setembro, com 30 moradores e 30 turistas na região de Caraíva, sobre a satisfação em relação à sinalização. Os resultados da pesquisa realizada em Caraíva podem ser conferidos nos gráficos 3, 4, 5, 6 e 7 e os resultados da pesquisa realizada em Costa Dourada, nos gráficos 8, 9 10 e 11.

Gráfico 3 – Caraíva
MORA EM CARAÍVA HÁ QUANTO TEMPO?

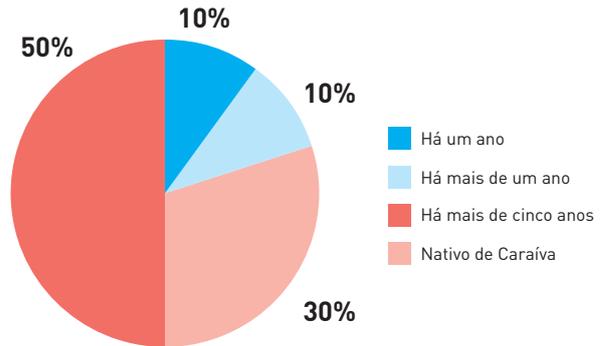


Gráfico 4 – Caraíva
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DO MORADOR COM A SINALIZAÇÃO

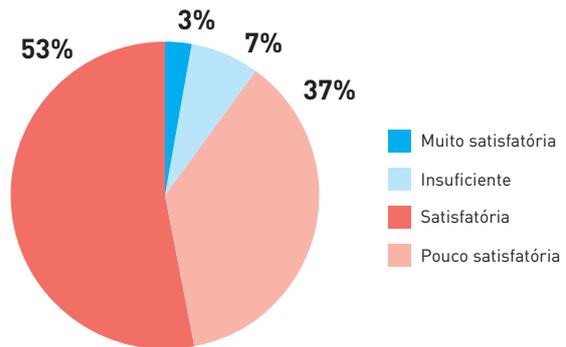


Gráfico 5 – Caraíva
HÁ QUANTO TEMPO VISITA CARAÍVA

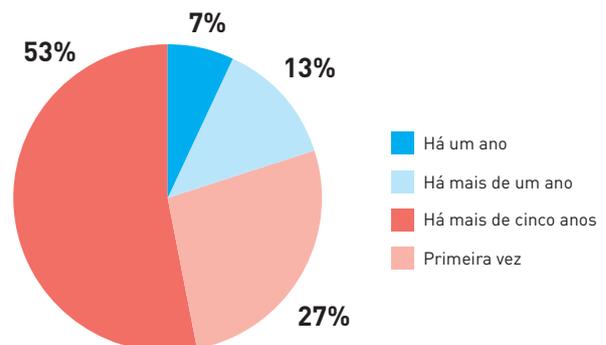


Gráfico 6 – Caraíva
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DO TURISTA
COM A SINALIZAÇÃO

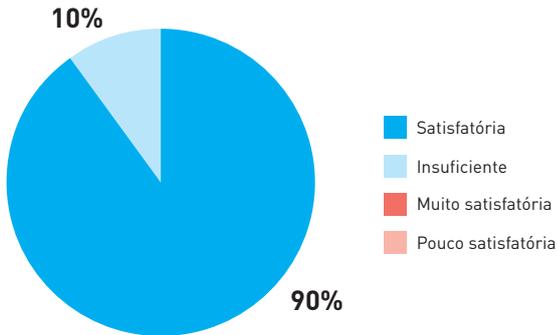


Gráfico 7 – Caraíva
ORIGEM DOS TURISTAS ENTREVISTADOS

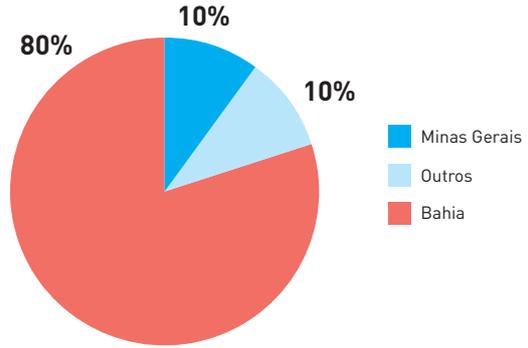


Gráfico 8 – Costa Dourada
HÁ QUANTO TEMPO FREQUENTA
A COSTA DOURADA

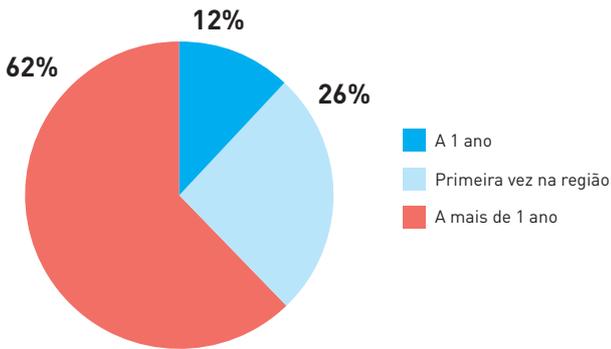


Gráfico 9 – Costa Dourada
NÍVEL DE SATISFAÇÃO DO TURISTA DA
COSTA DOURADA COM A SINALIZAÇÃO

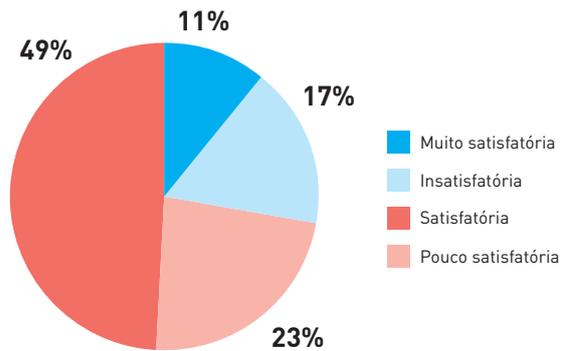


Gráfico 10 – Costa Dourada
ORIGEM DOS TURISTAS ENTREVISTADOS

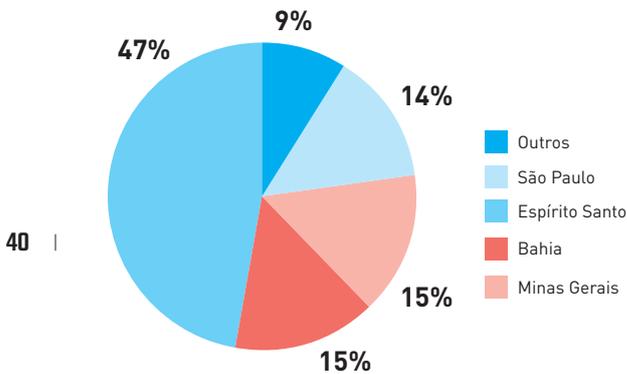
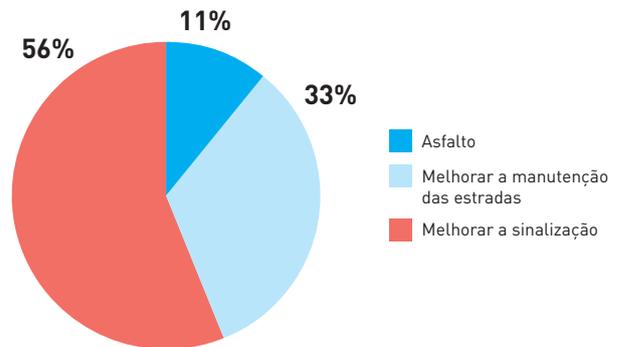


Gráfico 11 – Costa Dourada
PRINCIPAIS SUGESTÕES DOS TURISTAS





Fotos Oscar Artaza

ASPECTO DE ESTRADA ANTES DO RECUO.



ASPECTO DE ESTRADA DEPOIS DO RECUO.

ÍTEGRA DO ACORDO

Este acordo incide sobre trechos com plantios de eucalipto, a partir de junho de 2013, nas seguintes estradas: Estrada do Picadão, da BR-101 até a Costa Dourada (Fibria e Suzano); Estrada de Itaúnas até Estrada do Picadão (Fibria e Suzano); acesso à Oliveira Costa (Fibria e Suzano); estrada que liga a BR-101 a Caraíva, passando pelo distrito de Monte Pascoal (Veracel); estrada de acesso a Caraíva, que sai da BR-101 próximo à Itabela, chamada Estrada da Usina, passando pela Estrada do Meio (Veracel). Visando a minimizar impactos gerados pelo tráfego de carretas em estradas de terra de acesso a pontos turísticos do litoral, as seguintes ações serão realizadas pelas empresas Fibria, Suzano e Veracel, nas estradas objeto deste acordo:

- Nessas estradas haverá recuo dos plantios que permitam largura mínima de 15 m (“de tronco a tronco” ou “de cerca a cerca”), pista de rolamento de 7 m, acostamentos de 3 m em ambos os lados e faixa adicional de 1 m de cada lado para sinalização vertical fixa;
- Haverá desbaste no primeiro ano de implantação de plantios nesses trechos, para melhoria de visibilidade;
- Haverá instalação de placas, no início e ao longo das estradas, com participação das comunidades do litoral na definição dos locais adequados;
- Haverá inserção de item sobre essas estradas em material informativo distribuído durante campanhas de redução de tráfego na BR-101, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal;
- Haverá distribuição de material informativo em pontos estratégicos de cada uma das estradas nos feriados nacionais de maior fluxo;
- Serão realizadas ações internas de conscientização junto aos empregados e prestadores de serviços envolvidos na área de logística das empresas;
- As empresas implementarão a pista de 7 m após o recuo nas áreas de plantio comercial de sua propriedade durante o período da colheita;
- A implementação da pista de acostamento e faixas adicionais será de responsabilidade do poder público;
- Os trechos não ampliados nas terras das empresas receberão sinalização de segurança alertando sobre estreitamento de pista e necessidade de redução de velocidade;
- Os recuos serão implementados de acordo com cronograma de plantio e colheita, a partir de 6 de março de 2013;
- Os mapas e cronograma de colheita são parte integrante deste acordo;
- Os pontos de maior risco de acidentes, determinados pelas empresas e organizações de Caraíva, Nova Caraíva, Oliveira Costa, Itaúnas e Costa Dourada, serão objeto de recuo antes da próxima temporada de verão, até 25 de dezembro de 2013;
- As comunidades de Caraíva, Itaúnas e Costa Dourada realizarão reuniões com o poder público municipal para tratar da ampliação das estradas a partir do fechamento deste acordo.

10. ACORDO DE MONITORAMENTO INDEPENDENTE DA COBERTURA VEGETAL

DATA: AGOSTO DE 2014

Esse acordo objetiva que as empresas realizem o monitoramento da cobertura vegetal, via editais públicos, das suas regiões de influência. O acordo foi baseado em um primeiro monitoramento realizado pela Veracel e concluído em 2012. Agora adotado pelas três empresas, o mapeamento deverá ser disponibilizado em escala 1:25.000, permitindo o acompanhamento pelo Estado e pela sociedade civil.

Segundo Renato Gomes Carneiro Filho, gerente de sustentabilidade da Veracel, os resultados de 2012 foram entregues e fornecem uma caracterização mais detalhada e

precisa da distribuição dos diferentes tipos de vegetação e de uso do solo na região, e devem fornecer subsídios para ações de conservação, manejo de paisagens, incremento da conectividade de fragmentos florestais, sequestro de carbono, planificação territorial, etc.

A quantificação das mudanças na paisagem ao longo das últimas décadas permite estimar a evolução no médio prazo da cobertura florestal e dos usos do solo sob diferentes hipóteses quanto à intensidade e natureza das atividades humanas na região, e também relacionar mudanças na paisagem com questões sociais ligadas às várias atividades econômicas.

Os dados para toda a região deverão estar disponíveis em 2016 e ser atualizados a cada três anos. “É um grande avanço as empresas financiarem o monitoramento da dinâmica de uso do solo e da cobertura vegetal, pois é uma base de informação muito útil para o planejamento em escala regional, afirma Carneiro.

Wigold Schaffer



RESULTADOS DO MONITORAMENTO INDEPENDENTE DA COBERTURA VEGETAL DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA VERACEL

Em 2009, o Fórum Florestal do Sul e extremo sul da Bahia relatou a necessidade de gerar informações detalhadas sobre a dinâmica temporal da cobertura florestal das bacias hidrográficas do extremo sul da Bahia. Essa lacuna de informação comprometia o entendimento quantitativo dos processos de dinâmica da paisagem e o planejamento de ações de conservação da biodiversidade.

A discussão foi levada ao Subcomitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do extremo sul da Bahia e ao Conselho Gestor do Mosaico de Áreas Protegidas do extremo sul da Bahia, resultando em uma deliberação sobre a importância da realização de um estudo dessa natureza, uma vez que a perda da biodiversidade é uma mudança global que pode ter consequências que excedem as alterações climáticas.

Em 2010, por meio de um edital de seleção pública, a Veracel Celulose selecionou o Consórcio formado pelo Instituto BioAtlântica (IBIO), a Econamfi Projetos e Pesquisas e o Laboratório de Ecologia da Paisagem e Conservação (LEPaC/USP) para realizar a primeira etapa de um estudo de monitoramento da evolução temporal da cobertura vegetal em uma área contínua de 2,3 milhões de hectares, que inclui as áreas de influência atual e futura da empresa.

Mapa 3
MAPEAMENTO 2007-2015

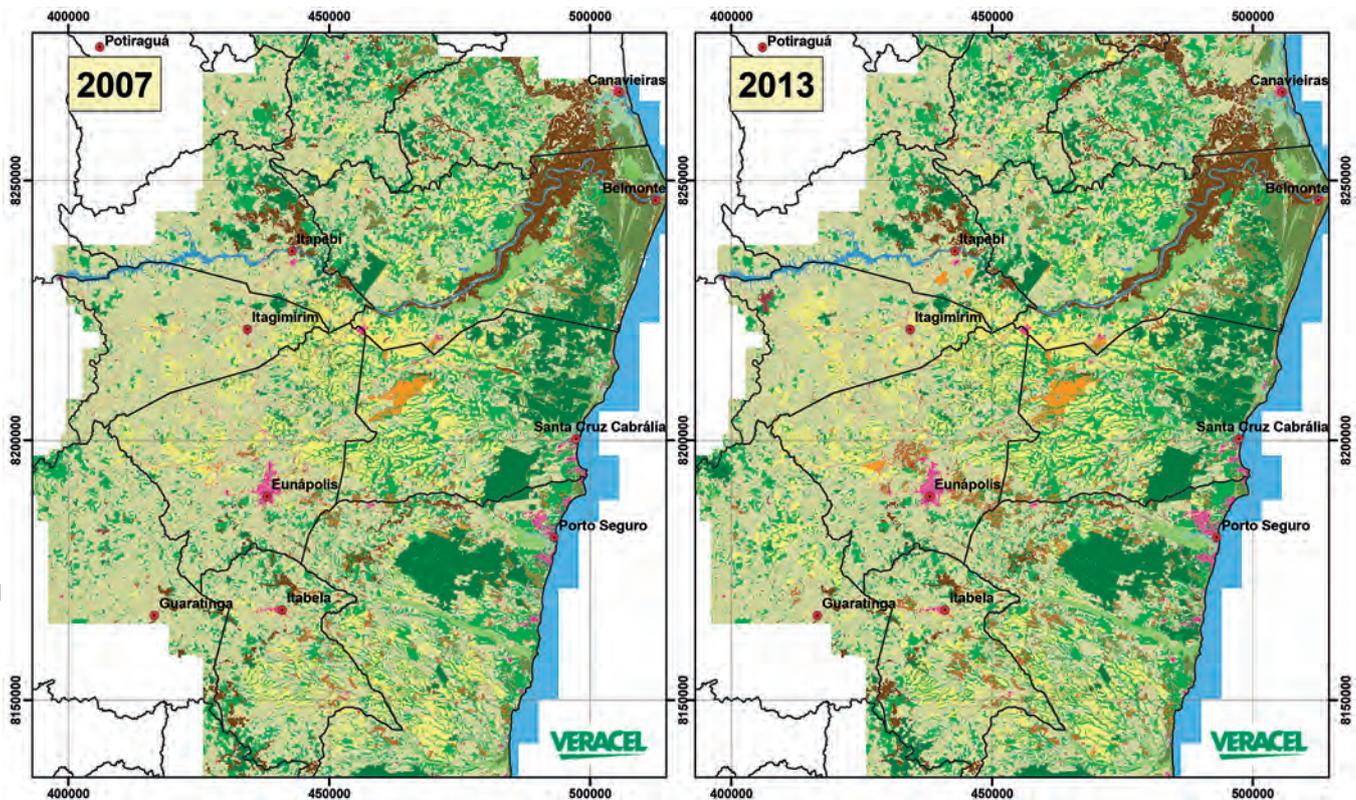


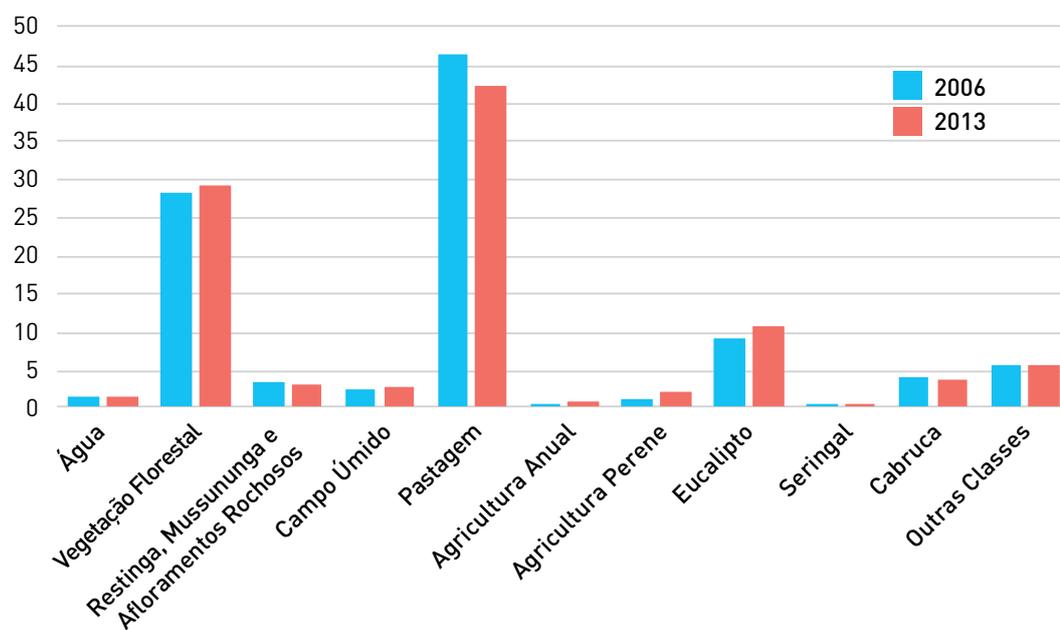
Tabela 4

ANÁLISE COMPARATIVA DA VEGETAÇÃO NOS ANOS DE 2006 E 2013

COMPARAÇÃO (%)	ANO 2006	ANO 2013	DIF (%)	COMPARAÇÃO (%)	ANO 2006	ANO 2013	DIF (HA)
ÁGUA	1.31	1.4	0.09	ÁGUA	17,419.66	18,616.43	1,196.77
VEGETAÇÃO FLORESTAL	27.98	28.9	0.92	VEGETAÇÃO FLORESTAL	372,062.56	384,296.21	12,233.65
RESTINGA, MUSSUNUNGA E AFLORAMENTOS ROCHOSOS	3.05	3.01	-0.04	RESTINGA, MUSSUNUNGA E AFLORAMENTOS ROCHOSOS	40,557.21	40,025.31	-531.90
CAMPO ÚMIDO	2.27	2.6	0.33	CAMPO ÚMIDO	30,185.20	34,573.36	4,388.16
PASTAGENS	45.96	41.9	-4.06	PASTAGENS	611,150.65	557,163.01	-53,987.63
AGRICULTURA ANUAL	0.39	0.7	0.31	AGRICULTURA ANUAL	5,186.00	9,308.21	4,122.21
AGRICULTURA PERENE	1.02	1.9	0.88	AGRICULTURA PERENE	13,563.40	25,265.15	11,701.75
EUCALIPTO	8.91	10.5	1.59	EUCALIPTO	118,480.25	139,623.19	21,142.94
SERINGAL	0.09	0.1	0.01	SERINGAL	1,196.77	1,329.74	132.97
CABRUCA	3.7	3.64	-0.06	CABRUCA	49,200.55	48,402.71	-797.85
OUTRAS CLASSES	5.33	5.44	0.11	OUTRAS CLASSES	70,875.39	72,338.11	1,462.72

Gráfico 12

MUDANÇAS NO USO DA TERRA – ÁREA TOTAL (%)



Para a realização do estudo, a Veracel cedeu sua base de dados constando: imagens do satélite Landsat (1990, 2001/02) para mapeamentos em escala 1:50.000, ortofotos (1995/96) e imagens dos satélites SPOT 5 (2006), Formosat (2007) para mapeamentos em 1:25.000, de modo a permitir a análise da dinâmica da cobertura e do uso do solo em um espaço temporal de 17 anos.

O trabalho foi realizado ao longo de 2011 pelo método de interpretação visual das imagens e técnicas de geoprocessamento, executado por duas equipes locais, uma com base em Ilhéus e outra em Porto Seguro, valorizando técnicos da região.

Realizou-se duas campanhas de campo, que coletaram 3.700 pontos de registros da fitofisionomia da área de estudo, produzindo uma legenda detalhada, com 28 classes de cobertura ou usos do solo.

Um dos principais resultados do projeto foi o mapeamento da cobertura vegetal e uso da terra na área de interesse, para o período de 2006/07 com uma escala de 1:25.000, com área mínima mapeada das feições de 0,5 hectare, que é significativamente mais refinada do que mapeamentos anteriores nessa mesma região.

Com o objetivo de prover continuidade a esse trabalho diferenciado no extremo sul da Bahia, apoiado pela Veracel, em 2014, o Fórum Florestal converteu o projeto em um de seus acordos formais, passando a contar com a adesão da Suzano e da Fibria. Dessa forma, as três empresas que atuam na região passam a monitorar a cobertura vegetal em suas áreas de influência, mediante o lançamento de editais públicos para seleção de empresas ou consórcios.

Após participar do novo edital de seleção, o mesmo consórcio foi selecionado para atualizar o estudo na área de influência da Veracel com base no mosaico composto por imagens 2012 e 2013 de vôo aerofotogramétrico, com resolução espacial de 30 cm, completado com

46 | imagens orbitais de 2012 e 2013 dos satélites Imagens Worldview-2 de 50 cm de resolução espacial e Imagens Spot6 com resolução de 1,5 m.

Ao longo de 2015, procedeu-se a interpretação das imagens, aliada a outras duas campanhas de validação em

ÍTEGRA DO ACORDO

Acordo do monitoramento independente da cobertura vegetal

As empresas de papel e celulose que possuem plantios florestais no extremo sul da Bahia deverão contratar, a cada três anos, monitoramentos independentes nos seus respectivos municípios de influência. No ano de 2013, foram monitoradas: 1. área de influência da Veracel: Belmonte, Canavieiras, Eunápolis, Guaratinga, Itapebi, Itagimirim, Itabela, Mascote, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, perfazendo um total de 1.329.744,66 hectares; 2. área de influência das empresas Fibria e Suzano: Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri, Itamaraju, Jucuruçu, Vereda, Itanhém, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, Lagedão e Ibirapuã, perfazendo um total de 1.850.250 hectares.

- Os monitoramentos deverão ser realizados a partir das melhores imagens disponíveis à época. Em 2013, os municípios de influência da Veracel foram monitorados com base em imagens ortofotocartas. Os municípios de influência de Fibria e Suzano foram analisados com imagens Rapid-eye.
- Os produtos desses monitoramentos devem ser públicos e de fácil acesso.
- O monitoramento deve incluir capacitações para organizações locais em utilização de ferramentas de SIG de maneira que sejam capazes de utilizar as informações geradas.

campo que somaram novos 3.124 pontos de amostragem do campo para legitimar os dados na região do estudo.

Foi gerado um novo mapeamento na escala de 1:25.000 que, comparado com as classes de uso do solo do mapeamento anterior, permite mostrar se determinada



É IMPORTANTE QUE SEJAM MONITORADOS OS DIFERENTES TIPOS DE VEGETAÇÃO. NA FOTO, VEGETAÇÃO DE RESTINGA EXISTENTE NA REGIÃO.

classe foi mantida ou alterada, evidenciando mudanças no uso e cobertura da terra.

O Consórcio também promoveu a capacitação de atores locais com a oferta de dois cursos de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto e Ecologia de Paisagem para análise da dinâmica vegetal do extremo sul da Bahia. Os cursos teórico-práticos foram concedidos a dois grupos de participantes, com nível inicial (8 horas) e intermediário (24 horas) em geotecnologias, e realizados em parceria com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

O conjunto de produtos gerados representa o mais extenso mapeamento nessa resolução espaço-temporal já realizado na Mata Atlântica. A partir da identificação das áreas de vegetação nativa, poderão ser avaliados os principais tipos, distribuição e o estágio de conservação das principais fitofisionomias de vegetação nativa

da região de abrangência do projeto. A identificação e o mapeamento dos principais usos da terra permitirá que sejam avaliadas a distribuição, a forma e a predominância de ocupação das culturas agrícolas nos últimos anos na região.

Dessa forma, podem ser realizados trabalhos científicos multidisciplinares relacionando, por exemplo, o tipo de cultura agrícola com a biodiversidade de fauna e flora e o incremento de conectividade entre áreas. Ainda, esses dados podem ser utilizados por instituições públicas, como base para fiscalizações ambientais, planejamento do uso da terra, consulta em campo, entre outras demandas.

Todos os dados e mapas do projeto estão livremente disponíveis a qualquer parte interessada através da plataforma de SIGweb do IBIO no endereço www.igeo.org.br.

CAPÍTULO 4

DESAFIOS PARA O FUTURO

Passados dez anos desde sua criação, o Fórum Florestal do Sul e extremo sul da Bahia prepara-se para entrar em uma nova fase, superando desafios antigos e agregando novos temas às discussões. Para as empresas, as perspectivas são de otimismo. “Temos um sentimento bom para os dois lados, que faz com que o Fórum seja duradouro. Temos que valorizar os frutos que deram certo e o fato de termos chegado até aqui. A Fibria agregou no fomento florestal, recuou plantios para comunidade, as organizações preencheram esses espaços para seu próprio uso. Tem sido um ganhanha inédito”, diz João Carlos Augusti, da Fibria.

Segundo Alexandre Di Ciero, gerente executivo de Sustentabilidade da Suzano, “as empresas estão cada vez mais compromissadas com a responsabilidade

socioambiental e o Fórum legitima ações de empresas e organizações. Além disso, tem repercussão internacional e é exemplo para o mundo. Vejo que será cada vez mais importante. Claro que existem diferenças, questões que envolvem as funções de ONGs e empresas, mas essa relação é importante e vai em busca de soluções. Sempre haverá o que melhorar, há muito por fazer, mas sou otimista. A Suzano acredita muito nessa relação”.

Jeferson Morgado, do Movimento de Defesa de Porto Seguro, é um pouco mais cauteloso. “Os resultados foram módicos em relação ao que poderia ter sido. Mas entendo que isso é um processo de educação das ONGs e das empresas, principalmente. Temos que buscar um avanço contínuo, ter metas de longo prazo”, avalia.

Arquivo Fórum Florestal



Segundo Paulo Dimas Menezes, ex-secretário executivo do Fórum, há uma confiança maior entre as organizações que participam do Fórum Florestal, mas também uma desconfiança em relação à ausência de resultados mais recentes. “Questões com maior dificuldade ainda não estão superadas, não foram feitos acordos importantes para temas polêmicos para as empresas, como a diversificação da economia florestal, ou seja, passarmos a trabalhar com a noção de que a silvicultura não é apenas para celulose, mas também para outros usos. Precisamos avançar, ainda, na questão dos conflitos de terra. Houve avanço significativo em relação aos movimentos sociais, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento de Luta pela Terra (MLT), mas ainda há estagnação em relação às terras indígenas e quilombolas. É um passivo que ainda precisa ser resolvido”.

Menezes acrescenta, ainda, a necessidade da diversificação da economia em municípios que estão totalmente tomados pela silvicultura. “É ótimo que o espaço de diálogo esteja aberto e continue assim, mas resultados de interesse público são fundamentais para manter a chama ardente”, diz.

Para Sueli Abad, do MDPS, as empresas precisam também se comprometer com a participação efetiva de seus representantes no Fórum Florestal. “Quando um é substituído, o que assumir tem que vir com a lição de casa pronta, podendo de fato responder pelo que está sendo feito”.

Mesmo que os acordos e o processo de diálogo venham mostrando força transformadora na região, há vários desafios a serem vencidos para aperfeiçoar as relações entre empresas e comunidades, propiciando desenvolvimento para a região e melhoria da qualidade de vida de sua população. A seguir, estão algumas dessas preocupações e sugestões trazidas por membros e parceiros do Fórum Florestal:

Engajamento da população – Renato Gomes Carneiro Filho, gerente de Sustentabilidade da Veracel, acredita que um dos desafios é ampliar o nível de conhecimento sobre o Fórum Florestal por parte dos moradores. “É uma região com 400 mil habitantes, mas a população não é engajada, pois vivemos em um país com carência do

exercício democrático e diálogo. Precisamos aumentar a influência e o exemplo do Fórum”, disse. José Dilson da Silva Dias, da Cooplar, também acredita que é preciso aumentar o número de organizações participantes, com maior presença das associações de moradores e associações comunitárias. “São essas pessoas que estão no dia-a-dia da comunidade e sabem passar as informações do que está ocorrendo. Sem seu engajamento, os moradores das comunidades pequenas não ficam sabendo o que está acontecendo. Acho que a secretaria executiva tem que fazer um esforço para ver onde estão as associações e quais têm interesse em participar”. Rosa Penza, da Fundação Jupará, também defende maior articulação com a comunidade e um trabalho para que haja maior continuidade das organizações dentro do Fórum.

Discurso acessível – Para que o engajamento aconteça, porém, Federal, da Associação dos Nativos de Caraíva, acredita que é preciso aproximar a linguagem à população local. “Eu acho meio difícil acompanhar as conversas, porque tem gente que vai mais na ciência, na coisa técnica e não fala claro para nós, que somos comunidade tradicional, pescadores. Isso precisa melhorar”. Ricardo Montagna, da Ascae, pensa o mesmo: “algumas pessoas das comunidades tradicionais, se forem às reuniões, não vão entender absolutamente nada. Só um técnico que esteja envolvido com as questões consegue acompanhar”, disse.

Benefícios da floresta – Um dos desafios mais abordados é como inserir de fato a população do entorno dos plantios nos benefícios da floresta, como prega o quinto princípio do FSC: “As operações de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma gama de benefícios ambientais e sociais”². Para que isso aconteça, Oscar Artaza acredita que mudanças devem ser feitas no manejo das empresas para provocar benefícios para a comunidade, como compartilhar áreas sem perder a posse da terra, por exemplo. Outra sugestão é criar mecanismos de apoio de gestão que propiciem às cooperativas locais serem competitivas e poderem se tornar prestadoras de

² https://www.imaflo.org/media/principios_criterios_fsc.pdf

serviços para as grandes empresas. “Também poderia ser potencializado o uso múltiplo da floresta de eucalipto. Atualmente se usa o sub-bosque para atividades como apicultura e agrofloresta nas entrelinhas de plantio, mas ainda é um potencial pouco utilizado. A transição para uma economia de baixo carbono, por meio do estímulo à diversificação do uso da terra em consórcios agrossilvopastoris, é um modelo muito mais saudável, tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades, do que o atual modelo de monocultura”, defende Oscar.

Acompanhamento dos acordos - Waldir Paixão Graciano, da Associação de Moradores de Oliveira Costa, acredita que o Fórum Florestal precisa acompanhar de perto os projetos que foram gerados a partir dos acordos. “Entre eles, os projetos de geração de renda para a região, que vieram como alternativa econômica para a população após a operação para eliminar os fornos a carvão. Esses acordos envolvem parcerias viáveis para a comunidade, para o município e para as empresas. Alguns deles estão

Marcos Alexandre Danielli



É FUNDAMENTAL MONITORAR OS ACORDOS EXISTENTES E DEBATER NOVOS TEMAS.

Wigold Schaffer



O CUIDADO COM OS RECURSOS HÍDRICOS TAMBÉM DEVE SER REDOBRADO. RIO JEQUITINHONHA.

indo bem, como o de piscicultura em Oliveira Costa e Rio do Sul, mas outros nem tanto. Também é preciso procurar alternativas de geração de renda para envolver mais famílias, porque poucas foram incluídas nos projetos e ainda tem muita gente de fora”.

Investimento em mão-de-obra - Jeferson Morgado, do MDPS, avalia que a mediação do Fórum deveria propor maior investimento por parte das empresas em educação. “A mão-de-obra que elas utilizam vem, na maior parte, de fora (técnicos, mecânicos). Elas deveriam se reunir e criar um instituto de formação técnica para a região para ajudar a modernizar a sociedade em geral. O baixo nível de escolaridade na região também faz com que as organizações sejam muito frágeis e isso é um desafio a ser superado para que tenhamos um Fórum Florestal fortalecido e de boa qualidade, que possa obter melhores resultados”.

Projetos sociais - Para Sueli Abad, as empresas poderiam dar maior aporte social à região. “Não é estruturar ONG, dar casa, comida e roupa lavada, mas ver, dentro das comunidades em que atuam, os projetos desenvolvidos pelas organizações, os projetos pequeninos dentro de cada município. Às vezes, há projetos e anseios parecidos. As empresas têm como formar uma câmara técnica, fazer esse levantamento em diversas áreas e ver como esses projetos conversam entre si e juntá-los em projetos maiores”.

Desconcentração da atividade - José Francisco Azevedo Júnior, da Natureza Bela, espera que questões como a porcentagem máxima do território de municípios cobertos por eucalipto sejam discutidas. “Suzano e Fibria não conseguiram evoluir nesse aspecto e o futuro do Fórum Florestal pode ser comprometido se não houver vontade política para avançar. É preciso um prazo para desconcentrar o uso da terra, mas isso não aconteceu até o momento”.

Organismos Geneticamente Modificados (OGM) – É um dos assuntos mais recentes inseridos nas preocupações do Fórum Florestal. Um debate sobre o assunto já aconteceu em agosto, para que participantes comecem a formar opinião sobre o tema. “É um assunto indigesto, mas precisamos conversar”, diz João Carlos Augusti, da Fibria. “Não temos ainda sinal de crise hídrica nessa

região, mas há uma grande preocupação em relação à transgenia ligada ao eucalipto. Ainda existem muitas dúvidas, faltam pesquisas e dados técnicos para saber até onde vai ter benefício ou malefício para a Mata Atlântica e os manguezais”, pondera Almir Requião, do Manguezal Meu Quintal.

Descentralização – “Esperamos que continue sendo um espaço que não iniba possibilidades. O Fórum Florestal tem um regimento interno e um secretário executivo, mas é abrigado em uma organização, atualmente o IBIO. O avanço organizacional tem que parar aí, para não engessar e manter o espírito aberto e moldável. Quando centraliza muito, cria dificuldades. Por isso, o Fórum deve engajar as regiões para que conversem e façam acordos regionais, sob as diretrizes do Fórum. É difícil levar as pessoas de Teixeira de Freitas e Nova Viçosa para Porto Seguro”, diz João Carlos Augusti, da Fibria.

Condições hídricas da região – Sueli Abad sugere que, em qualquer ampliação de área de plantios de qualquer das três empresas, sejam levadas em conta as bacias hidrográficas e as microbacias. A preocupação com a condição hídrica na região é compartilhada por Almir Requião, do Manguezal Meu Quintal, para quem o assunto ainda precisa ser melhor inserido nas discussões do Fórum Florestal. “Os rios trazem todos os benefícios da Mata Atlântica, desde as nascentes até os manguezais.”

Ampliar discussão para outros setores - “O recuo dos plantios de eucalipto do litoral e de comunidades rurais talvez tenha sido o maior ganho do Fórum Florestal e aconteceu realmente devido ao diálogo. O Fórum deve se pautar pela forma democrática de agir e continuar mantendo a forma paritária de participação, mas outras agendas importantes para a região precisam entrar, e não se restringir ao eucalipto. É preciso levar outros setores, como a cana-de-açúcar e a pecuária, atividades que também têm interação forte com a floresta”, diz o promotor estadual Fabio Fernandes. Essa visão é também a de Sueli Abad, para quem seria muito importante que outros setores tivessem um fórum de diálogo como o florestal. “Se a pecuária, que é altamente agressiva, o mamão ou o café tivessem um fórum como o nosso, seria maravilhoso, muitos desastres ambientais teriam sido evitados”.



Wigold Schaffner

O ENVOLVIMENTO E O RESPEITO ÀS
COMUNIDADES É CONDIÇÃO FUNDAMENTAL
PARA O SUCESSO DO DIÁLOGO.



CAPÍTULO 5

DEZ ANOS DE DIÁLOGO FLORESTAL

Maura Campanili e Miriam Prochnow

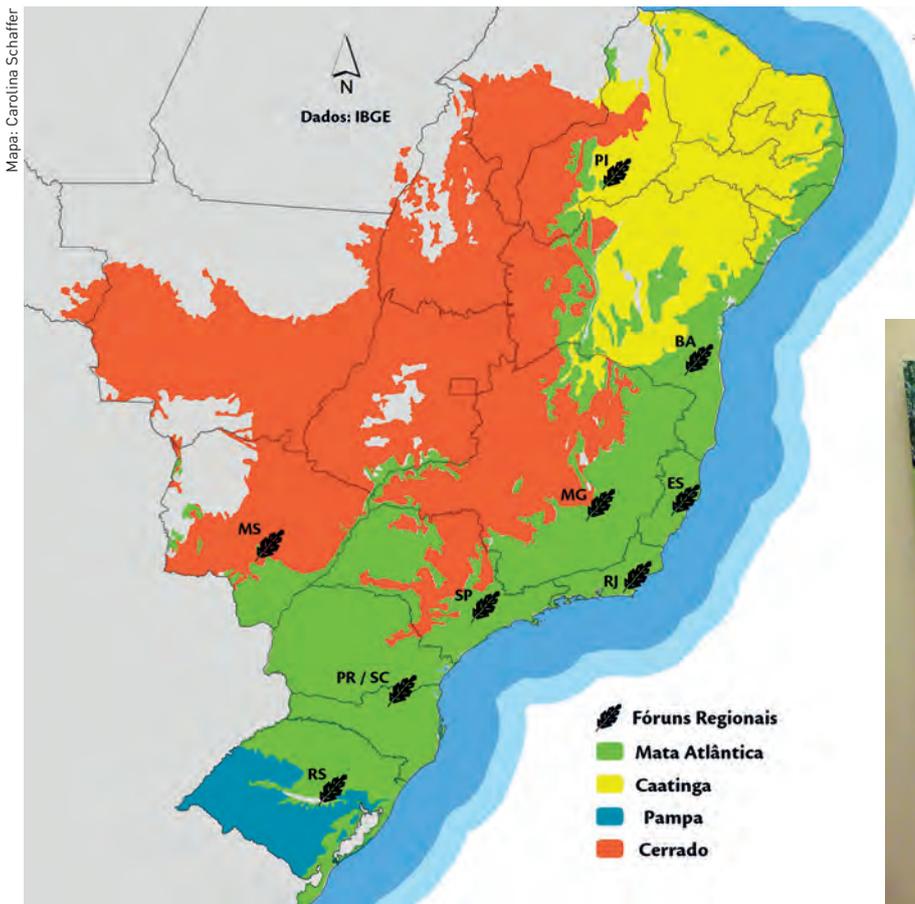
O Diálogo Florestal foi criado em 2005 como uma iniciativa destinada a implementar uma nova maneira de dialogar entre setores historicamente antagônicos no país: a indústria de base florestal e organizações da sociedade civil. Seu papel tem sido o de facilitar a interação entre representantes dos dois setores, reunindo as principais indústrias de silvicultura e organizações não governamentais ambientalistas.

A iniciativa brasileira foi estimulada pelo The Forests Dialogue (TFD), iniciativa internacional que há 15 anos tem

organizado fóruns internacionais sobre questões-chave para o manejo florestal sustentável e a recuperação de ecossistemas ameaçados. Concebido para promover o entendimento e a colaboração entre esses grupos em nível mundial, o TFD foi idealizado por organismos como o Banco Mundial, o World Resources Institute (WRI) e o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

Mais do que um espaço para se marcar posições, o Diálogo Florestal trabalha a partir de fóruns e grupos de trabalho

Mapa 4
FÓRUNS REGIONAIS DO DIÁLOGO FLORESTAL



CARTAZ DA I REUNIÃO DO DIÁLOGO FLORESTAL





VOLUMES JÁ PUBLICADOS DA SÉRIE “CADERNOS DO DIÁLOGO”.

voltados para a cooperação, resolução de problemas e consolidação de oportunidades. Além do Fórum Regional do Sul e Extremo Sul da Bahia, o Diálogo Florestal conta com outros oito fóruns regionais, em São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Piauí.

O objetivo geral do Diálogo Florestal é identificar agendas comuns entre empresas do setor florestal e ONGs ambientalistas para a promoção de ações efetivas, buscando a conservação e restauração do meio ambiente e a geração de benefícios tangíveis, tanto para os participantes do Diálogo quanto para a sociedade em geral. Seus princípios são a integração, a transparência, a confiança, a não exclusão, a pró-atividade, o respeito à diversidade e o compromisso.

Além dos fóruns regionais, o Diálogo Florestal possui um Fórum Nacional, um Conselho de Coordenação e uma Secretaria Executiva. O Conselho de Coordenação do Fórum Nacional do Diálogo é formado pelas empresas Cenibra, CMPC Celulose Riograndense, Fibria, Klabin e Suzano, e pelas organizações Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), Conservação Internacional (CI), Instituto BioAtlântica (IBIO), The Nature Conservancy (TNC) e Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi), sendo a última a sede da Secretaria Executiva. Conta ainda com um Comitê Executivo, que reúne os secretários executivos dos fóruns regionais e a secretaria executiva nacional. Pelo menos uma vez por ano é realizado um encontro nacional e reuniões conjuntas do Conselho de Coordenação e do Comitê Executivo.

O Fórum Nacional tem como temas prioritários as diretrizes conservacionistas para fomento florestal,

os acordos para ordenamento territorial e cooperação com governos para construção do zoneamento ecológico-econômico, as áreas protegidas particulares e a relação água-florestas-biodiversidade. Nele, são realizados seminários temáticos, como, por exemplo, reuniões sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR), acompanhamento das atividades do Observatório do Código Florestal e debates sobre árvores transgênicas.

Além disso, o Fórum Nacional produz publicações relacionadas a esses temas, como a série Cadernos do Diálogo, que já discutiu temas como a silvicultura e a água, a silvicultura e a biodiversidade e a silvicultura e comunidades, além de edições dedicadas aos mosaicos florestais sustentáveis, resultados do Diálogo Florestal e, a última delas, “Diálogo entre setores”, que traz artigos de representantes dos setores da produção rural e da conservação apontando sugestões de integração entre eles.

Entre suas atividades, busca estreitar a comunicação entre o Diálogo Florestal e os Fóruns Regionais através de encontros nacionais, reuniões conjuntas, entre outras. Busca também promover a troca de experiências entre os Fóruns Regionais, fortalecendo os já existentes e expandindo para outros estados. O Fórum Nacional está focado em envolver outros representantes da sociedade civil e discutir políticas públicas, além de buscar maior divulgação na mídia.

O Diálogo Florestal deve servir como exemplo para outros setores, executando atividades de aproximação e intercâmbio. Além de agregar os novos temas, deve manter os temas prioritários que já vem desenvolvendo.



X ENCONTRO NACIONAL DO DIÁLOGO FLORESTAL, PORTO SEGURO (BA), AGOSTO DE 2015.



O DEBATE APROFUNDADO DOS TEMAS PRIORITÁRIOS IMPLICA EM CONHECER A REALIDADE EM CAMPO.

DESAFIOS

O Diálogo Florestal possui alguns desafios para o futuro, como a ampliação do esforço para congregar novas ONGs e a promoção de uma maior comunicação e transparência para com a sociedade. Além disso, busca aumentar a participação de seus membros nas reuniões e a diversidade de atores. Também trabalha para congregar outras contribuições financeiras para a manutenção das atividades e das secretarias executivas dos fóruns regionais.

Outro desafio do Diálogo é divulgar para as empresas e agricultores que não participam desse coletivo a importância de seguir as normas ambientais atuais para o plantio de exóticas, incluindo princípios de sustentabilidade em seus plantios e considerando o planejamento da paisagem.

É preciso manter os remanescentes florestais existentes, elaborando estratégias e desenvolvendo mecanismos que possam auxiliar na minimização do desmatamento. Para tanto, é necessário definir estratégias de comunicação do Diálogo com a sociedade em geral e gestão dos municípios onde atuam as empresas e ONGs, buscando discutir demandas dessa população, sensibilizar sobre temas relacionados ao setor florestal, minimizar relações conflituosas.

Também está entre as prioridades manter e fortalecer a participação e a mobilização nas ações e atividades realizadas pelo Diálogo, como reuniões e seminários, e retomar a participação de representantes ausentes e dar continuidade das discussões sobre fomento e certificação florestal, ações socioambientais e planejamento, e conservação da paisagem, na perspectiva de influenciar as políticas públicas. É importante, ainda, manter a integração com iniciativas como a Nova Geração de Plantios, conhecida pela sigla em inglês NGP (New Generation Plantation) e o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil), por trabalharem com temas extremamente relevantes, como os novos princípios para implantação de plantios florestais e a certificação.

É prioridade, também, aprofundar a aproximação e integração com os outros setores, por meio da realização de seminários temáticos, projetos e



Alexandre Di Ciero

REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO DE COORDENAÇÃO E COMITÊ EXECUTIVO, EM CAMPO GRANDE (MS).



Clovis Fabiano

LANÇAMENTO DA COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA, JUNHO DE 2015.

ações conjuntas. Nesse sentido, duas ações são fundamentais: a colaboração com o Pacto Global, por meio do processo de construção e implantação dos Princípios Empresariais para Alimentos e Agricultura, e a participação na Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, iniciativa formada por coletivos, empresas, organizações da sociedade e indivíduos interessados em contribuir para o avanço e a sinergia das agendas de proteção, conservação e uso sustentável das florestas, agricultura sustentável e mitigação e adaptação às mudanças climáticas, no Brasil e no mundo.

ESPÍRITO SANTO

FÓRUM FLORESTAL CAPIXABA

Thiago Belote Silva Instituto BioAtlântica

O Fórum Florestal Capixaba, nome dado ao fórum do Espírito Santo, existe desde 2008. Ele foi criado pela saudosa Elizete Sherring Siqueira, ambientalista que atuou no Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica e no projeto que culminou com a Declaração da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Espírito Santo pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), entre outros importantes projetos.

Nestes sete anos, o Fórum Florestal Capixaba realizou nove reuniões com a participação de inúmeras instituições como a Fibria, o Instituto BioAtlântica (IBIO), o Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica (Ipe-ma), a Suzano Papel e Celulose, os Bombeiros Voluntários de Santa Teresa, a Associação Ecológica Força Verde, The Nature Conservancy (TNC), o Instituto Biodiversidade, o Instituto Terra, a Associação dos Engenheiros Florestais do Espírito Santo (Aefes), a Associação Capixaba do Patrimônio Natural (ACPN), a Associação Amigos do P. E. da

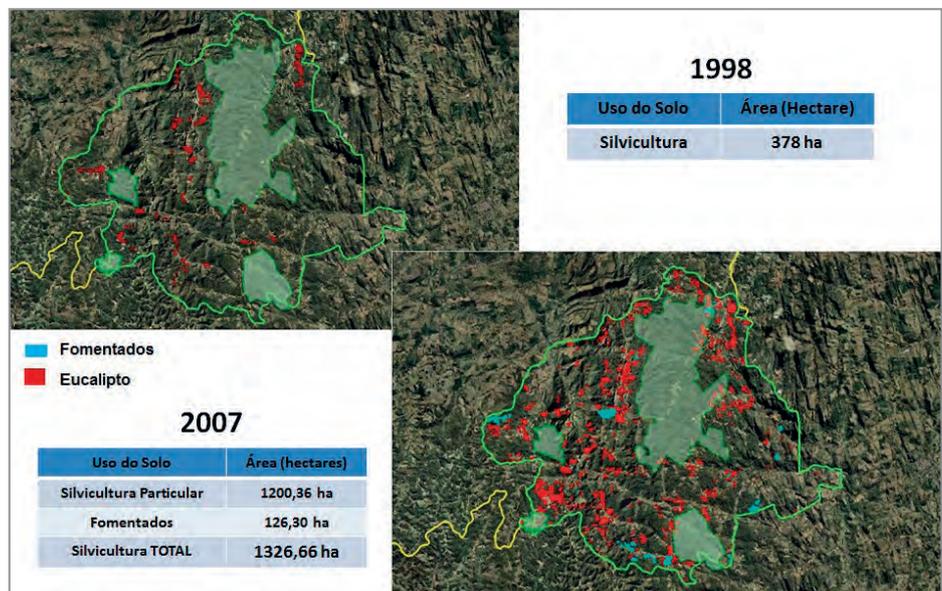
Fonte Grande, o Centro de Desenvolvimento do Agronegócio (Cedagro), a Vale etc.

Entre os diversos assuntos e ações discutidos no Fórum, destacam-se o Levantamento da Silvicultura em Santa Teresa-ES, o apoio ao Programa Reflorestar, a construção da Política Florestal Capixaba e o apoio ao Estudo sobre o Potencial de Regeneração Natural no Espírito Santo.

Os desafios do Fórum Florestal Capixaba são o fortalecimento das instituições participantes, sobretudo as associações e pequenas ONGs, a adesão de mais instituições e entidades, fortalecendo assim a diversidade e a riqueza no diálogo, a representação em outros colegiados – como, por exemplo, os Comitês de Bacia Hidrográfica - e a incorporação de novos temas, como a crise hídrica.

Atualmente, a secretaria executiva é exercida pelo IBIO, com apoio do Cedagro e da Fibria.

Mapa 5
LEVANTAMENTO DA SILVICULTURA EM SANTA TERESA (ES) – ANÁLISE DE 1998 A 2007





Miriam Prochnow

REUNIÃO DO FÓRUM FLORESTAL CAPIXABA EM SANTA TERESA.



Miriam Prochnow

REUNIÃO DO FÓRUM FLORESTAL CAPIXABA EM LINHARES.

MINAS GERAIS

FÓRUM FLORESTAL MINEIRO

Elizabete Lino e Maria Dalce Ricas Associação Mineira de Defesa do Ambiente

Fundado em 30 de setembro de 2008, o Fórum Florestal Mineiro tem como objetivo promover a articulação entre empresas do setor de silvicultura e organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas para buscar formas de conciliar os plantios florestais com a proteção da biodiversidade. Esses objetivos são buscados através dos princípios básicos do diálogo: integração, transparência, confiança, pró-atividade, respeito à biodiversidade e compromisso. O Fórum Mineiro nasceu com uma diferença em relação aos outros Fóruns, pois engloba os plantios feitos nos demais biomas presentes em Minas Gerais, além da Mata Atlântica, uma vez que grande parte dos plantios está no Cerrado.

Participam do Fórum as empresas Arcelor Mittal Bio Energia, Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra), Gerdau Florestal, Metalsider, Plantar S.A., Siderúrgica Alterosa,

Vallourec, AVG Siderurgia e as ONGs Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), atuando como secretaria executiva, Conservação Internacional, Instituto Hóu, Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri, WWF Brasil, Fundação Biodiversitas e Instituto Terra Brasilis.

O Fórum permitiu, sem dúvida, uma aproximação maior e regular entre os dois setores, criando condições mais favoráveis ao conhecimento e troca de experiências, discussões e propostas sobre conflitos e políticas ambientais em Minas. Desde que foi criado, teve iniciativas importantes como a realização de seminários e workshops sobre plantios florestais e biodiversidade, a publicação de um documento relativo à produção e consumo de florestas plantadas, com responsabilidade ambiental, social e econômica, e a elaboração de propostas sobre licenciamento.

Elizabete Lino



Marina Bhering



SEMINÁRIO SOBRE SILVICULTURA E BIODIVERSIDADE EM GOVERNADOR VALADARES.

Arquivo Fórum MG



PLENÁRIA DO FÓRUM.

Marina Bhering



LANÇAMENTO DA RE-EDIÇÃO DO CADERNO SOBRE SILVICULTURA E ÁGUA, SET/15.

MATO GROSSO DO SUL

FÓRUM FLORESTAL MS

Julia Boock WWF-Brasil

O Fórum Florestal de Mato Grosso do Sul (MS) foi instituído em Campo Grande, em 2011, e tem como objetivo conservar a vegetação nativa remanescente do bioma Cerrado no estado. Sua visão é promover ações associadas à produção florestal, ampliar a escala dos esforços com vistas à proteção e restauração do meio ambiente, gerando benefícios para a sociedade em geral.

Os integrantes do Diálogo Florestal são associações, organizações não governamentais (ONGs), empresas de papel, celulose e carvão, tais como a Associação de Proprietários de Reservas Particulares do Patrimônio Natural de MS (Repams), Associação Sul Mato-grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas (Reflore), Sindicato das Indústrias e dos Produtores de Carvão Vegetal de MS (Sindcarv), Fibria MS Celulose Sul Mato-grossense Ltda., Fundação Neotrópica, Instituto das Águas da Serra da Bodoquena (IASB), Meneguzzo Consultoria Ambiental, Eldorado Brasil e WWF-Brasil.

Em abril de 2014, um grupo internacional chamado New Generation Plantations Platform (Plataforma Plantações de Nova Geração, em português) visitou o país e se reuniu com representantes das empresas florestais líderes na região e órgãos governamentais que controlam e regulam plantações.

Na ocasião, deu-se início a uma troca de experiências entre o Fórum Florestal de MS e o NGP, em busca de disseminar melhores formas para o manejo de plantações com base em experiências reais, aplicando na prática uma visão em que as plantações florestais contribuam positivamente para o bem-estar das comunidades locais e trabalhem em harmonia com os ecossistemas naturais.

O NGP Study Tour reuniu atores, a maioria de vários escritórios do WWF pelo mundo (como Tanzânia, Japão, China, Chile, Argentina, Estados Unidos, Suíça, Espa-

nha e Brasil), para uma série de visitas técnicas no estado do Mato Grosso do Sul. Representantes de quatro continentes participaram desse intercâmbio de conhecimentos sobre práticas florestais, agrícolas e processos de participação pública com enfoque no Cerrado.

O grupo composto por 30 profissionais participou do Seminário Integração das Práticas Florestais, Agricultura e Paisagem no Planejamento da Paisagem”, promovido



Arquivo Fórum MS



Miriam Prochnow

REUNIÕES DO FÓRUM FLORESTAL DO MATO GROSSO DO SUL.



VISITA DE CAMPO À ÁREA EXPERIMENTAL DA EMBRAPA.

pelo Diálogo Florestal e pelas cidades de Água Clara, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas (MS). Foram visitados trabalhos de integração lavoura-pecuária-floresta, produção sustentável de carvão vegetal e produção de celulose a partir de árvores plantadas, além de projetos sociais locais.

Esse foi o primeiro Study Tour de 2014 e a segunda passagem do evento pelo Brasil. A primeira vez foi em 2012, quando o grupo se reuniu na Bahia. Já em 2013, passou pela África do Sul e pelo Chile. “Temos como objetivo influenciar outros a tomarem decisões responsáveis do ponto de vista ambiental e social no que diz respeito a florestas plantadas. Por isso, buscamos exemplos positivos em várias partes do mundo. O Cerrado brasileiro, especialmente no Mato Grosso do Sul, é muito rico nesse sentido. Saímos satisfeitos com a visita e com novas ideias para serem analisadas e debatidas”, analisou Luis Neves da Silva, do WWF Internacional e coordenador da Plataforma NGP.

Como parte da programação, o grupo também participou da reunião do Fórum Florestal MS, colocando o ponto de vista internacional e a realidade de cada um de seus países.

“Fiquei impressionado com o tempo de interação entre a sociedade civil e as empresas, como o fato do Diálogo Florestal já existir no Mato Grosso do Sul há dez anos. Esse tipo de iniciativa é muito interessante. Ela pode e deve ser replicada em outros países”, avaliou Geoffrey Mwanjela, do WWF-Tanzânia.

Neste ano, o Diálogo Florestal observou a necessidade de registrar o trabalho desenvolvido pelo grupo e entender os rumos e direcionamentos do setor florestal no Mato Grosso do Sul. Para isso, está sendo elaborada uma publicação sobre o setor florestal de MS, que será lançada no Caderno do Diálogo com foco em três aspectos do setor (Econômico, Planejamento Territorial e Conservação Ambiental).

PIAUI

FÓRUM FLORESTAL DO PI

Tânia Martins Reapi

Miriam Prochnow Diálogo Florestal

Em setembro de 2009, a Rede Ambiental do Piauí (Reapi), a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA) e a Suzano Papel e Celulose, com a mediação do Diálogo Florestal, realizaram a primeira reunião para discutir a implantação de projetos de reflorestamento e fabricação de papel e celulose no Estado do Piauí.

As principais preocupações apresentadas na reunião estavam relacionadas aos seguintes temas:

- Questão dos plantios e da água.
- A questão das florestas estacionais (Mata Atlântica).
- A conversão de vegetação nativa de Cerrado e Caatinga.
- A conservação e o acesso às matas de cocais.
- O apoio e relacionamento com a comunidade.
- A questão das unidades de conservação.

Como resultado imediato das discussões, houve o acordo para que fosse elaborado um Termo de Compromisso, tendo em vista a implantação das atividades da empresa com o menor impacto possível e com a participação necessária da comunidade envolvida. O Termo de Compromisso foi assinado em setembro de 2010, contendo onze cláusulas, para buscar o ordenamento ocupacional de áreas para silvicultura, garantindo a segurança hidro ecológica das populações e a preservação dos recursos naturais.

A partir de então, outras reuniões foram realizadas, onde foi possível conhecer melhor a empresa, seus objetivos e também traçar uma parceria em prol de uma parcela da população que vive no entorno dos plantios de eucalipto. Surgiu, então, o projeto de educação ambiental Sementinha na Aldeia, através do qual foi possível conhecer as populações da região, suas carências, potencialidades e vocações e iniciar as primeiras sementes sobre como cuidar da natureza. Durante o projeto também foi possível verificar em campo os problemas gerados pela implantação de reflorestamentos com fins econômicos, os quais não eram de responsabilidade da Suzano, confirmando a necessidade da existência de um diálogo sobre o tema no estado.

Com o anúncio da mudança da localização da fábrica da Suzano para o estado do Maranhão, os debates no Piauí ficaram prejudicados. No momento, é discutida a possibilidade de se implantar um Fórum Florestal que envolva os estados do Piauí, Maranhão e Tocantins.

Arquivo Fórum PI



ATIVIDADE DO PROJETO SEMENTINHA NA ALDEIA.

Miriam Prochnow



REUNIÃO DE CRIAÇÃO DO FÓRUM PIAUÍ, TERESINA, 2009.

André Pessoa



OUTRA ATIVIDADE DO FÓRUM PI FOI FAZER UM LEVANTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DA PRODUÇÃO DE CARVÃO VEGETAL COM FLORESTA NATIVA NO SUL DO ESTADO.

PARANÁ E SANTA CATARINA

FÓRUM FLORESTAL PARANÁ E SANTA CATARINA

Marcos Alexandre Danieli Apremavi

O Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina tem como objetivo geral discutir e encaminhar em nível local os temas que dizem respeito à silvicultura e à conservação. Busca influenciar positivamente em ações de conservação de remanescentes florestais e campos nativos, ser um espaço de diálogo e planejamento que influencie políticas públicas voltadas à conservação ambiental e atuar no desenvolvimento e divulgação de boas práticas para conservação de remanescentes da Mata Atlântica.

A primeira reunião aconteceu em julho de 2008 e, até junho de 2015, foram realizadas 21 reuniões. Os encontros são quadrimestrais e realizados alternadamente na sede das empresas e organizações não governamentais (ONGs) participantes, onde também são realizadas visitas técnicas para a troca de experiências.

Uma secretaria executiva é responsável pela organização dos encontros, comunicação e divulgação do Fórum, assim como auxilia na captação de recursos e na coordenação de eventuais projetos coletivos. Atualmente, a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi) é responsável pela secretaria executiva.

Três eixos principais de discussão orientam a organização das reuniões, construção das pautas e a realização dos seminários regionais, a saber:

Fomento Florestal: Discute trabalhos focados em oportunidades para os processos de certificação, para pequenos proprietários de florestas e manejadores de baixa intensidade. Trata também da cadeia de suprimentos da madeira e procedimentos para garantir madeira controlada.

Rodrigo Rosa



Ações socioambientais: Discute e encaminha mecanismos de comunicação com a sociedade.

Planejamento da Paisagem e Conservação: Discute políticas públicas voltadas à conservação ambiental, buscando atrelar o tema “planejamento da paisagem” à nova Lei de Proteção à Vegetação Nativa (Lei Federal nº 12.651/2012) e a seus dispositivos referentes ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), ao Programa de Regularização Florestal e a Cota de Reserva Ambiental (CRA).

A realização de seminários técnicos possibilita um estreitamento nas relações do Fórum com a sociedade, instituições e empresas que não participam efetivamente da iniciativa. Contribui ainda para a divulgação da importância do atendimento às normas ambientais atuais para o plantio de espécies exóticas, incluindo princípios de sustentabilidade em seus plantios e considerando o planejamento da paisagem. É o momento para ouvir opiniões específicas da sociedade sobre o setor florestal e levantar pautas para a discussão nas reuniões.

Destaque para o Seminário Regional em Conservação e Restauração da Mata Atlântica (16/09/2010, em Canoinhas-SC), o I Seminário Sobre Florestas Plantadas e Critérios Socioambientais (05/05/2011, em Curitiba-PR), o Seminário sobre Certificação e Fomento Florestal (03/12/2012, em Três Barras-SC) e o Seminário sobre Cadastro Ambiental Rural (CAR) (13/08/2014, em Atalanta-SC).

PRINCIPAIS RESULTADOS DO FÓRUM:

- Estabelecimento das diretrizes do Fomento Florestal.
- Discussão sobre o planejamento de propriedades e paisagens, tendo em vista a incorporação dos conceitos adotados em projetos e programas desenvolvidos pelas empresas e ONGs participantes do Fórum.
- Realização de seminários temáticos e aproximação com a sociedade em geral.
- Apoio da ONG Conservação Internacional (CI) para consolidação, divulgação e funcionamento do Fórum.
- Aproximação e consolidação de parcerias envolvendo empresas e ONGs com uma visão comum, voltada à conservação da natureza.



Marcos Alexandre Danielli

VISITA DE CAMPO REALIZADA PELO FÓRUM.

- Discussão sobre o CAR nos estados do PR e SC.
- Manutenção da secretaria executiva e das reuniões do Fórum.
- Consolidação de um posicionamento comum na carta enviada pelo Fórum aos candidatos aos governos do PR e SC.
- Elaboração de matérias sobre os eventos do Fórum, com a divulgação no site do Diálogo Florestal.
- Agregação de novos participantes.

PRINCIPAIS DESAFIOS DO FÓRUM:

- Divulgação, para as empresas e agricultores que não participam deste coletivo, da importância do atendimento às normas ambientais atuais para o plantio de espécies exóticas, incluindo princípios de sustentabilidade em seus plantios e considerando o planejamento da paisagem.
- Manutenção dos remanescentes florestais existentes, elaborando estratégias e mecanismos que possam auxiliar na minimização do desmatamento.
- Divulgar as discussões do Fórum para a sociedade em geral e debater demandas da população.
- Manutenção e fortalecimento da mobilização nas ações realizadas pelo Fórum, como reuniões e seminários, e retomada da participação de representantes ausentes.
- Continuidade das discussões sobre fomento e certificação florestal, ações socioambientais e planejamento e conservação da paisagem, na perspectiva de influência em políticas públicas.

RIO DE JANEIRO

FÓRUM FLORESTAL FLUMINENSE

Alberico Martins Mendonça APEFERJ

Organizado como um dos fóruns regionais permanentes do Diálogo Florestal para a Mata Atlântica e o Pampa, o Fórum Florestal Fluminense, com base no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo primordial a integração dos esforços e a identificação de agendas comuns entre empresas públicas e privadas, organizações da sociedade civil e ambientalistas, entidades de classe, produtores rurais, profissionais das áreas florestal, agrônômica, veterinária e biológica, além de estudantes de cursos técnicos e universitários.

O Fórum é articulado pela Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro (APEFERJ), com o apoio do Instituto Bioatlântica (IBIO), da Federação das Indústrias (Firjan), da Conservação Internacional (CI-Brasil), da Associação dos Produtores de Sementes e Mudanças Florestais (ProMudasRio), da Federação da Agricultura (FAERJ), do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-Rio), da Biovert, da REGUA, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Smac), da Fundação Par-

Beto Mesquita





XII ENCONTRO DO FÓRUM FLORESTAL FLUMINENSE, 2011.

ques e Jardins (FPJ) e da Bolsa Verde (BV-Rio), sob a supervisão e o apoio da Secretaria Executiva e do Conselho de Coordenação do Diálogo Florestal.

O FFF começou a se reunir a partir de agosto de 2008, já tendo realizado 14 reuniões nesses últimos sete anos de existência. Dentre os temas prioritários escolhidos pelos participantes do Fórum para sua atuação e influência, a adequação ambiental de propriedades rurais foi considerada como fundamental para o desenvolvimento de negócios sustentáveis no estado. Como principais vetores para a catalisação de ações de adequação ambiental de propriedades rurais, os participantes do Fórum identificaram as prefeituras municipais, a silvicultura comercial, os incentivos fiscais e as políticas públicas.

Cerca de 30 diretrizes, entre gerais e específicas, foram estabelecidas para implantação das ações pelas instituições participantes do FFF, publicadas no documento intitulado "Diretrizes para Elaboração de um Programa de Adequação Ambiental das Propriedades Rurais no Rio

de Janeiro". Diversas delas vêm sendo implementadas simultaneamente. Recentemente, outro documento do FFF, intitulado "Pontos Críticos para o Desenvolvimento Florestal do Rio De Janeiro", fez parte dos estudos para sugestão de definição dos distritos florestais no RJ.

Em 2015, tomou posse a nova diretoria da APEFERJ e, por conta disso, estão sendo retomadas as articulações para as próximas reuniões do FFF, nas quais serão abordados diversos temas de interesse, como, por exemplo, a criação dos Distritos Florestais no RJ, alterações na legislação florestal estadual, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), bem como prosseguimento das discussões sobre pagamento por serviços ambientais (PSA). Também serão discutidos o Código Ambiental Estadual, a mobilização dos proprietários rurais para ampliar a adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), as exigências legais na comercialização de sementes e mudas florestais (Renasem e RNC), a ampliação dos limites da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RJ, o Plano de Arborização Urbana da cidade do Rio de Janeiro, dentre outros assuntos.

RIO GRANDE DO SUL

FÓRUM FLORESTAL GAÚCHO

Kathia Vasconcellos Monteiro Instituto Augusto Carneiro
Maurem Kayna Lima CMPC Celulose Riograndense

A criação do Diálogo Florestal, em 2005, foi um grande desafio para empresas e entidades da sociedade civil no Rio Grande do Sul, uma vez que o estado estava “em pé de guerra” com a possibilidade de implantação de três grandes projetos de silvicultura. A participação de três empresas, na época Aracruz, Storaenso e Votorantim, e a teimosia da representante de uma organização não governamental (ONG) nos três primeiros encontros do então Diálogo Florestal da Mata Atlântica e Pampa mostram ser possível o diálogo entre setores com posições, aparentemente, tão antagônicas.

Passado o período de reconhecimento e adaptação, os representantes do Rio Grande do Sul criaram, em 2007, o Fórum Florestal Gaúcho (FFG). Assim como o Diálogo Florestal, o FFG, por longos anos, sofreu com as resistências do setor florestal e das organizações da so-

cidade civil. Por ser coordenado por quatro mulheres determinadas, o Fórum Gaúcho chegou a ser chamado de Fórum Florestal Feminino. No início com três empresas e três ONGs, o grupo criou uma sistemática de reuniões para aproximar os dois setores.

Em 2008, foi realizada a primeira atividade no interior do estado, incluindo uma visita de campo a uma das fazendas da Storaenso, no município de Rosário do Sul, no pampa gaúcho. Os principais pontos sensíveis na discussão entre empresas e ONGs já não passavam tanto pelas práticas de manejo nos projetos de fomento ou pela questão do consumo hídrico, mas pela questão das diferenças de manejo entre empreendimentos de grande porte e os pequenos proprietários ou empreendedores, muitas vezes resistentes às regras ambientais básicas.

Os problemas relativos à dispersão não controlada do pinus em áreas vizinhas de plantações, incluindo unidades de conservação, ganhou a atenção do grupo. Com a participação de outras ONGs e empresas, em 2012 uma cartilha sobre o controle da dispersão do pinus foi publicada e lançada em um evento de grande repercussão no litoral sul do estado. Através da participação de instituições como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), foi possível dar um passo concreto na conscientização de proprietários rurais e no tratamento de áreas impactadas.

Em 2013, iniciou-se uma série de debates e trocas entre as empresas e instituições de ensino e pesquisa acerca dos monitoramentos da biodiversidade realizados pelas empresas e do uso dos recursos oriundos das medidas compensatórias, incluindo a participação de representantes da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema). Em 2014, além de atualizações sobre os



Arquivo Fórum RS

VISITA DE CAMPO REALIZADA PELO FÓRUM.



PUBLICAÇÃO SOBRE DISPERSÃO DO PINUS.



Arquivo Fórum RS

REUNIÃO PLENÁRIA DO FÓRUM FLORESTAL GAÚCHO.

monitoramentos ambientais realizados, o tema tratado foi o controle da dispersão de pinus, em função da integração de empresas que manejam a espécie no Fórum Florestal Gaúcho. A participação de um número maior de empresas que atuassem com outras espécies e cadeias produtivas era uma meta perseguida pelo FFG desde sua criação.

Em 2015, o tema prioritário das discussões e mobilizações é a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). As dificuldades das empresas e do próprio sistema, incluindo indefinições quanto às regras no bioma Pampa, têm sido discutidas no Fórum com a participação da Sema. A expectativa de todos os participantes é que o CAR venha a ser utilizado, de fato, como uma ferramenta de planejamento e gestão ambiental.

Neste período de diálogo, superação de tensões e construção de propostas de colaboração, além do aprendizado que as trocas e as interações trouxeram, tanto

para empresas como para ONGs, vale destacar o crescimento do grupo de participantes e a consolidação do Fórum como um espaço para a busca de soluções em temas ambientais relevantes na atividade de silvicultura e para a sociedade gaúcha como um todo.

Manter a coesão de onze empresas florestais, cinco ONGs ambientalistas e duas ligadas ao setor florestal é o grande desafio do Fórum Florestal Gaúcho. A definição de temas prioritários que sejam de interesse da maioria dos participantes é um exercício de criatividade, perseverança e disposição para dialogar.

Atualmente, de modo similar ao que aconteceu nas origens do Fórum Florestal Gaúcho, a atuação do grupo é fruto da determinação de quatro mulheres: Kathia Vasconcellos Monteiro (Inst. Augusto Carneiro) e Maurer Kayna Lima Alves (Celulose Riograndense - CMPC) com o apoio de Camila Carelli Neto (Terras Verdes Florestadora) e Margô Guadalupe Antônio (Ageflor).

SÃO PAULO

FÓRUM FLORESTAL DE SÃO PAULO

Juliana Griese Instituto Itapoty

Mauricio Talebi Instituto Muriqui

O marco inicial do Fórum Florestal de São Paulo ocorreu no Parque das Neblinas, em abril de 2008, a fim de cumprir as diretrizes de regionalização do Diálogo Florestal Nacional, trazendo o diálogo sobre questões sociais e ambientais no território paulista. São Paulo possui 4,8% de sua área coberta com atividades silviculturais, porções do bioma Cerrado e os maiores e mais significativos remanescentes da Mata Atlântica.

MOTIVAÇÃO INICIAL

O Estado de São Paulo foi marcado por grandes desmatamentos até os anos 1970 e atualmente restam apenas 13% da Mata Atlântica - que cobria quase todo estado - e menos de 7% do Cerrado. A partir dessas premissas, organizações não governamentais e empresas de base florestal optaram pelo planejamento da paisagem em duas bacias hidrográficas, Alto Paranapanema e Vale do Paraíba, a fim de buscar

um objetivo comum: a restauração da paisagem nativa e a proteção das fisiografias remanescentes e, consequentemente, de sua biodiversidade.

FUNCIONAMENTO E TEMAS DIALOGADOS

O Fórum realiza de três a quatro encontros anuais e completará, em 2015, um total de 25 encontros. Dos primeiros encontros surgiu o projeto Corredor Ecológico do Vale do Paraíba que visa restabelecer a conectividade das florestas da Serra do Mar com as florestas da Serra da Mantiqueira. O projeto, que continua gerando resultados e ainda em conexão com o Fórum, é gerido pela Associação Corredor Ecológico do Vale do Paraíba (ACEVP).

No auge das incertezas sobre a aplicação da Nova Lei Florestal, em 2013, colocamos em pauta o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os desafios para sua implantação, a fim de nos informarmos e refletirmos sobre atividades colaborativas frente à nova Lei e a suas aplicações. Conjuntamente, surgiu o aprendizado sobre o Protocolo Agroambiental Florestal Paulista, uma proposta do governo estadual, pactuada com algumas instituições do setor florestal (empresas e associações), para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos.

Em 2014, deu-se o processo de aprovação do pioneiro Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Botucatu, que traz a proibição ao plantio comercial de transgênicos em seu território e restrição de uso de agrotóxicos. No mesmo momento, estava em análise pela Coordenação Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) a liberação comercial do eucalipto geneticamente modificado. Constatado pelo Instituto Itapoty e parceiros a ocupação dessa unidade de conservação com 27% de plantações de eucalipto, aproximadamente um contínuo de 58.000 ha em locais de afloramento do Sistema Aquífero Guarani, iniciamos o diálogo sobre esse



Arquivo Fórum SP

REUNIÃO DO FÓRUM NA SEDE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES (IBÁ).

tema, que reflete de uma forma divergente os princípios mais fundamentais entre ONGs e empresas. Com base no princípio da precaução, as ONGs e o órgão gestor da APA reafirmam a importância de serem aprovadas as premissas e normas definidas originalmente no Plano de Manejo, de forma a tornar o território da APA Botucatu uma área testemunho, isenta do uso de transgênicos.

Um tema de importância é a biodiversidade e estratégias para sua conservação. Com foco nas serras da Mantiqueira e Paranapiacaba, surgiu no diálogo a iniciativa da Associação Pró-Muriqui, em parceria com as empresas Fibria e Klabin, para desenvolver o programa de monitoramento de populações do primata muriqui-do-sul, espécie em perigo de extinção. A parceria está contribuindo com conhecimento e definição de estratégias de conservação dessa espécie e seu habitat.

O diálogo sobre biodiversidade avança agora com o entendimento sobre o trabalho realizado pelo Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia, seguindo com a busca pela integração dos estudos realizados pelas empresas isoladamente e, a partir disso, realizar ações conjuntas de conservação.

Na bacia do Alto Paranapanema, identificamos a ocorrência de javalis ou javaporcos (*Sus scrofa*) asselvajados, o que no Estado de São Paulo se tornou uma crescente preocupação para a conservação ambiental e produção agrossilvicultural. Sua presença, impacto e controle foi foco de uma reunião técnica que reuniu ONGs, empresas, universidades, consultores, prefeituras, o Ibama e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente no município de Itatinga.

Outros relevantes produtos do Fórum incluíram a construção conjunta e aplicação de Diretrizes Socioambientais da Relação com a Comunidade do Entorno e para o Fomento Florestal. Nelas, os principais tópicos de preocupações das ONGs em relação à atuação das empresas florestais foram internalizados pelas empresas, que em contrapartida puderam demonstrar suas formas de atuação através do espaço do Fórum.

Recentemente, estreitaram-se as relações entre o Fórum e o Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC Brasil). Membros do Fórum se associaram ao FSC e estão participando de seus processos, a exemplo da revisão dos Indicadores Genéricos Internacionais e, atualmente, do trabalho



Arquivo Fórum SP

AÇÃO DE RESTAURAÇÃO EM GUARATINGUETÁ. ANTES E DEPOIS (2011 E 2014).

de transferência dos padrões nacionais para a versão 5 dos princípios e critérios. O FSC participa frequentemente dos encontros, trazendo informações e esclarecimentos sobre os temas e seus pontos de encontro com as normas do FSC. Um exemplo é o reconhecimento da certificação como estratégia para direcionar a questão da restrição de uso de agrotóxicos na APA Botucatu.

A partir da tentativa de iniciar o diálogo sobre o tema Água e Floresta, questão geograficamente diversa no estado de São Paulo, vimos que o Fórum poderia funcionar também a partir de um trabalho local, conduzido por membros atuantes em uma região, provocando diálogos em suas localidades e, depois, compartilhando resultados com a plenária. Assim, dialogamos sobre o tema reconhecido pelo Diálogo Florestal sem perder a riqueza do diálogo local.

Dessa forma, o Fórum Florestal de São Paulo se aproxima de sua primeira década como uma história de sucesso inicial, ao permitir que a restauração da paisagem natural, a conservação da biodiversidade e a busca de boas relações sociais ocorram em sinergia entre as partes interessadas, agregando o setor produtivo e o terceiro setor com vista à colaboração futura para atender aos princípios fundamentais do Diálogo Florestal Nacional.





ÁREA DE MANGUEZAL NA REGIÃO DO
EXTREMO SUL DA BAHIA.

DIÁLOGO FLORESTAL

CONSELHO DE COORDENAÇÃO

Alexandre Di Ciero

(Suzano Papel e Celulose)

Beto Mesquita

(Conservação Internacional)

Dália Pais

(Instituto BioAtlântica)

Edilaine Dick

(Apremavi)

Giovana Baggio de Bruns

(The Nature Conservancy)

Ivone Satsuki Namikawa

(Klabin)

João Carlos Augusti

(Fibria)

Maria Dalce Ricas

(Amda)

Maurem Kayna Lima Alves

(CMPC Celulose Riograndese)

Paulo Henrique de Souza Dantas

(Cenibra S.A.)

SECRETARIA EXECUTIVA NACIONAL

Miriam Prochnow

COMITÊ EXECUTIVO

Alberico Martins Mendonça

(Fórum Florestal Fluminense)

Elizabete Lino

(Fórum Florestal Mineiro)

Julia Correa Boock

(Fórum Florestal do Mato Grosso do Sul)

Juliana Griese

(Fórum Florestal de São Paulo)

Káthia Vasconcellos Monteiro

(Fórum Florestal Gaúcho)

Marcos Alexandre Danieli

(Fórum Florestal Paraná e Santa Catarina)

Oscar Artaza

(Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia)

Tânia Martins

(Fórum Florestal do Piauí)

Thiago Belote

(Fórum Florestal do Espírito Santo)

76 | O Diálogo Florestal é uma iniciativa inédita e independente que facilita a interação entre representantes de empresas do setor de base florestal e organizações ambientalistas e movimentos sociais com o objetivo de construir visão e agendas comuns entre esses setores. Visa promover ações efetivas associadas à produção florestal, ampliar a escala dos esforços de conservação e restauração do meio ambiente, gerando benefícios para os participantes do Diálogo e para a sociedade em geral. Está organizado

em um Fórum nacional e nove Fóruns Regionais. O Diálogo Florestal brasileiro existe desde 2005 e foi inspirado no The Forests Dialogue (TFD), iniciativa internacional, que existe desde 1999.

CONTATO:
www.dialogoflorestal.org.br



Virgild Schaffner

GAVIÃO-REAL (HARPIA HARPYJA)



WWW.DIALOGOFLORESTAL.ORG.BR

ESTA PUBLICAÇÃO FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO PELO FSC